



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE PORTO NACIONAL**

**AS TERRITORIALIDADES DA PROSTITUIÇÃO ÀS MARGENS DA RODOVIA BR-
153 EM ARAGUAÍNA-TO**

Porto Nacional – TO

2016

MARLUCY SOUSA ALBUQUERQUE PALMEIRA

**AS TERRITORIALIDADES DA PROSTITUIÇÃO ÀS MARGENS DA RODOVIA BR-153 EM
ARAGUAÍNA-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto de Souza Santos

**Porto Nacional – TO
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Porto Nacional

P172 Palmeira, Marlucy Sousa Albuquerque

As territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR-153 em Araguaína-TO. / Marlucy Sousa Albuquerque Palmeira. – Porto Nacional, TO: UFT, 2016.

86 p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Roberto de Souza Santos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Bibliotecária: Janira Iolanda Lopes da Rosa CRB-10/420

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARLUCY SOUSA ALBUQUERQUE PALMEIRA



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos (Orientador)
Universidade Federal Tocantins - UFT



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira
Universidade Federal Tocantins – UFT



Prof. Dr. Aires José Pereira
Universidade Federal Tocantins – UFT

Data: 20/04/2016

Resultado: Aprovada

DEDICATÓRIA

À minha mãe Luzia Alves de Sousa pela vida e pelo apoio em toda a minha trajetória.

In Memoriam de José Roberto Frota de Albuquerque, meu pai, que foi o primeiro a acreditar que seus filhos poderiam ser grandes homens.

Aos meus amados irmãos Marco Roberto e Marcello meus companheiros nas lutas da vida, apesar da distância.

À minha prima-irmã Nilma Alves de Araújo Cardoso por todo apoio e dedicação durante a fase mais importante deste trabalho, e em todas as fases da minha vida.

Ao meu esposo por toda a ajuda que me dispensou durante a minha pós-graduação.

Aos meus amigos Adalson, Jadinária e Alaídes que me emprestaram seus ouvidos nos momentos de angústia e por acreditarem na minha capacidade.

Enfim...

Ao meu filho amado Caio Palmeira de Albuquerque a quem eu quero deixar um legado de sonhos e realizações.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor meu Deus, em quem tanto confio, e o responsável por todas as minhas vitórias.

À Universidade Federal do Tocantins, em especial ao Programa de Pós-graduação pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. João Manoel Vasconcelos Filho pelo início dessa pesquisa ainda na graduação. Sua valiosa orientação me possibilitou prosseguir com o mesmo tema até o mestrado.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Roberto de Souza Santos, pela paciência, pelo carinho, pelo apoio e por toda a orientação que me dispensou durante todo o meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira que esteve presente em todas as Bancas as quais fui submetida durante as fases da minha pesquisa, dando norte a este trabalho, orientando a caminhada.

Ao Prof. Aires José Pereira pelo incentivo para integrar o programa de mestrado e por ter acreditado na minha capacidade de trilhar a carreira acadêmica.

Aos meus colegas do mestrado Shéryda, Ricardo Marcílio, Thayslorryny, Marcelly que me ajudaram muito em diferentes fases da nossa pós-graduação, no ouvir e no compartilhar, na execução dos trabalhos e até mesmo nas nossas idas e vindas à Porto Nacional.

Ao meu colega do mestrado Iann, a quem hoje posso chamar de amigo, pois esteve de mãos dadas comigo na reta final deste trabalho, executando a árdua missão de produzir os mapas que engrandeceram e muito a minha dissertação.

Ao meu amigo Adalson Adster pelo incentivo e pela produção de algumas das figuras presentes neste trabalho.

Ao meu irmão Marco Roberto que se empenhou muito na revisão e correção de todo o trabalho, em tempo recorde.

Ao professor Antônio Vilasboas que a pedido do meu irmão Marco Roberto produziu o abstract desta dissertação.

À Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína, na pessoa da senhora Mariane e sua equipe do setor de Vigilância Epidemiológica, que me acompanharam durante todo o trabalho de campo.

Ao meu amigo Maj QOAPM Edilson Pereira de Sousa e a equipe do setor de Inteligência do 2º Batalhão de Polícia Militar de Araguaína-TO. Nobres colegas que estiveram comigo dando apoio e fazendo a minha segurança durante o arriscado trabalho de campo.

RESUMO

Este trabalho procura compreender as territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR-153 no perímetro urbano de Araguaína-TO, identificando e analisando, no espaço em questão, os fatores que propiciam a instalação desses territórios. Analisa o perfil socioeconômico dos sujeitos sociais envolvidos e a existência da atividade de lenocínio (cafetinagem) no espaço em apreço. Com a construção da BR-153, muitos estabelecimentos têm sido instalados às suas margens, dando origem, inclusive, a partir dessas instalações, a muitos aglomerados urbanos. No perímetro urbano de Araguaína-TO, além dos estabelecimentos comerciais convencionais, tem surgindo outro tipo de comércio: a prostituição. Mulheres e travestis constroem e (des)constroem territórios de prostituição em uma disputa acirrada pelos clientes provenientes do intenso fluxo de pessoas que trafegam pela rodovia. Essa construção e (des)construção provocam uma alternância no uso dos espaços, que durante o dia são ocupados por funcionários e clientes dos estabelecimentos instalados às margens da rodovia, e à noite dão lugar a mulheres e travestis envolvidos na prostituição, e seus clientes. Em virtude desse fenômeno, há uma nítida mudança na paisagem, o que revela um processo de contradição socioespacial. A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica, a partir de livros e artigos científicos, e na pesquisa de campo.

Palavras-chaves: BR-153, Territórios, Prostituição, Sujeitos Sociais.

ABSTRACT

This research seeks to understand the territoriality of prostitution to the BR-153 highway margins in the urban perimeter of Araguaína-TO, identifying and analyzing, in the space, the factors that favor the installation of prostitution territories. It analyzes the socioeconomic profile of the social subjects involved and the existence of procuring activity (pimping) in the space in question. With the construction of the BR-153, many establishments have been installed on its banks, giving rise even from these facilities, many urban areas. In the urban perimeter Araguaína-TO, in addition to these conventional shops, other emerging trade has arisen: prostitution. Women and transvestites construct and (de)construct prostitution territories in a fierce competition for customers from the heavy flow of people traveling over the highway. This construction and (de)construction cause an alternation in the use of these areas, which during the day are occupied by employees and customers of establishments to highway margins, and at night give way to women and transvestites involved in prostitution and their clients. Because of this phenomenon, there is a distinct change in the landscape, which reveals a process of socio-space contradiction. This research was based on a literature review, from books and scientific articles, and on field research.

Keywords: BR-153, Territories, Prostitution, Social Subjects.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Áreas ocupadas pelos sujeitos envolvidos na atividade de prostituição (mulheres e travestis), durante a noite, em 2007.....	50
FIGURA 02: Áreas ocupadas pelos sujeitos envolvidos na atividade de prostituição (mulheres e travestis), durante a noite, em 2014.....	51
FIGURA 03: Áreas ocupadas pelas mulheres envolvidas na atividade de prostituição, durante a noite, em 2015.....	53
FIGURA 04: Áreas ocupadas pelos travestis envolvidos na atividade de prostituição, durante a noite, em 2015.....	54
FIGURA 05: Áreas ocupadas pelos travestis e pelas mulheres envolvidos na atividade de prostituição às margens da BR-153 em Araguaína-TO, em 2016.....	76

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: BR-153 (Belém-Brasília e o rio Tocantins).....	36
MAPA 02: Localização de Araguaína-TO.....	41

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Perfil Socioeconômico dos Travestis que atuam no território da prostituição, às margens da BR-153, em Araguaína-TO.....58

QUADRO 02: Perfil Socioeconômico das Mulheres que atuam no território da prostituição, às margens da BR-153, em Araguaína-TO.....64

QUADRO 03: Perfil Socioeconômico das Mulheres que atuam no território da prostituição, às margens da BR-153, em Araguaína-TO.....65

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 01: Centro de Araguaína-TO (década de 60).....	40
FOTOGRAFIA 02: Território da prostituição dos travestis às margens da BR-153 em Araguaína-TO.....	61
FOTOGRAFIA 03: Mulheres atuando no território da prostituição às margens da BR-153 em Araguaína-TO.....	67
FOTOGRAFIA 04: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, esquina com a Avenida Cônego João Lima em Araguaína-TO.....	72
FOTOGRAFIA 05: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.....	72
FOTOGRAFIA 06: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.....	73
FOTOGRAFIA 07: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.....	73
FOTOGRAFIA 08: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.....	74
FOTOGRAFIA 09: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.....	74
FOTOGRAFIA 10: Pátio do Posto Toca da Onça às margens da BR-153 em Araguaína.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1- CAPÍTULO - APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE TERRITÓRIO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.....	15
1.1 Território e Poder.....	21
1.2 Conceitos sobre Territorialidade.....	26
1.3 Territorialidades da Prostituição.....	29
2- CAPÍTULO - A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR-153 E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA.....	34
2.1 Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional na Amazônia.....	34
2.2 Rodovia BR-153 e a Expansão Urbana de Araguaína.....	37
2.3 Espaço Urbano de Araguaína e os Territórios da Prostituição.....	42
3- CAPÍTULO - A MARGINAL BERNARDO SAYÃO (BR-153) E A PROSTITUIÇÃO EM ARAGUAÍNA.....	46
3.1 Territorialidades da Prostituição às margens da rodovia BR-153 em Araguaína.....	46
3.2 Sujeitos Sociais envolvidos na atividade de Prostituição.....	55
3.2.1 Territorialidade dos Travestis.....	55
3.2.2 Territorialidade das Prostitutas.....	61
3.3 Construção e (Des)construção de Territórios da Prostituição.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

As rodovias tem um papel muito importante no processo de urbanização na região amazônica. São canais de penetração para o povoamento e para o desenvolvimento regional. Desde que o transporte rodoviário passou a ser priorizado pelos governos, em detrimento do transporte fluvial e ferroviário, no início da República, em 1889, as rodovias brasileiras se tornaram o principal e mais importante meio de transporte de cargas e pessoas do país.

Com a instituição de políticas de investimento para o desenvolvimento regional do Brasil, o Centro-Sul e a Amazônia passaram por um povoamento e uma ampliação de suas economias. Entre essas políticas estava a “Marcha para o Oeste”, um projeto dirigido por Getúlio Vargas para a ocupação e o desenvolvimento econômico do interior do Brasil. Projeto esse, concretizado por Juscelino Kubitschek com a construção de Brasília e a construção de inúmeras rodovias que integraram o interior aos grandes centros produtores do país, como a BR-153¹ que atravessa o território nacional de Norte a Sul.

Esse projeto de integração nacional tinha como principais objetivos o abastecimento de matérias-primas à Região Sudeste do Brasil, bem como o escoamento da produção dessas regiões; e a ocupação dos “vazios demográficos” da Amazônia, como aborda Oliveira (1991).

Com a construção da rodovia Belém-Brasília, houve uma aceleração do fenômeno de urbanização do Norte goiano (atual Tocantins). Até o fim da década de 1950 a maioria da população residia na zona rural ou em pequenas cidades às margens do rio Tocantins, como Babaçulândia, Filadélfia e Porto Nacional, de onde se escoava a produção pela via fluvial, como expõe Valverde e Dias (1967).

A construção de rodovias no Brasil, além de atender ao objetivo de integração nacional, esteve relacionada à lógica do capital estrangeiro e à implantação de indústrias automobilísticas no país, chegando-se à importação de derivados do petróleo, como a gasolina e o óleo diesel, nesse período. A falta de investimentos nos setores ferroviário e fluvial de transporte fez com que o Brasil se tornasse ainda mais dependente economicamente do capital estrangeiro e provocou a decadência e o isolamento de importantes cidades que se beneficiavam de outros meios de transporte, que não o rodoviário.

Ao contrário das cidades ribeirinhas, que entraram em um período de decadência no auge da construção das estradas de rodagem, aquelas que se localizavam às margens das rodovias sofreram um grande impulso econômico, como ocorreu com a cidade de Araguaína-

¹ Rodovia BR-153, também conhecida como BR 14, Belém-Brasília ou Transbrasiliana.

TO, localizada entre os corredores dos rios Araguaia e Tocantins. Seu povoamento teve início em meados de 1876, às margens do rio Lontra, sendo emancipada em novembro de 1958. Como explica Aquino (2002, p. 333), “enquanto isso, as cidades distantes da estrada, ao mesmo tempo em que não atraíam imigrantes, por não contarem com as mesmas vantagens de suas “rivais” da rodovia, pelas mesmas razões até perdiam populações (...)”.

Até o fim da década de 1950, Araguaína não passava de um lugarejo com pouco mais de 2000 (dois mil) habitantes, cujos limites não extrapolavam os córregos Neblina, Lava-pés e Canindé, compreendendo as ruas Cônego João Lima, 1º de Janeiro, Falcão Coelho, Mangueiras, Rui Barbosa, Souza Porto e Santa Cruz, como afirma Gaspar (2002).

Após a chegada das obras da rodovia, muitos dos trabalhadores da empreiteira responsável pela abertura da estrada, passaram a residir em Araguaína, e para atender a esse fluxo de pessoas, vários estabelecimentos comerciais foram instalados: armazéns, lojas de tecidos, barbearias e pensões, que passaram a atender também à população oriunda do campo, que antes se dirigia a outros centros urbanos, como Babaçulândia e Filadélfia.

No início da década de 1990, o desenvolvimento da pecuária e de atividades agrícolas, impulsionadas pela recém-criação do estado do Tocantins, alavancou ainda mais a economia do município, que recebeu o título de “Capital do Boi Gordo”. A expansão urbana de Araguaína extrapolou os antigos limites em menos de duas décadas, e atualmente a cidade é a segunda maior do Tocantins, com 170.183 habitantes, segundo o último censo do IBGE (2015).

Ao longo da rodovia BR-153 muitos estabelecimentos comerciais têm sido instalados com o objetivo de oferecer produtos e serviços a quem trafega pela rodovia. Na Avenida Bernardo Sayão (marginal da BR 153 em seus dois sentidos), em Araguaína, existem inúmeros estabelecimentos comerciais. São hotéis, postos de combustíveis, lojas de autopeças, borracharias e restaurantes, que ora se destinam a atender aos transeuntes que por ela trafegam, ora refletem a paisagem urbana da cidade, a qual se apropriou da rodovia em seu traçado urbano, principalmente após a sua duplicação e a abertura de loteamentos em áreas onde se concentravam poucos bairros residenciais.

Este espaço urbano reflete as contradições sociais do modo de produção capitalista. Dentre elas, destaca-se o processo de segregação social, o qual será objeto de análise desta pesquisa. A abordagem teórica e analítica envolverá uma discussão sobre o processo de segregação socioespacial em Araguaína, um recorte teórico baseado nas territorialidades da prostituição.

A proposta de pesquisa que se propõe levanta uma análise e uma discussão sobre as Territorialidades da Prostituição às margens da rodovia BR-153 em Araguaína (TO). A área delimitada para o desenvolvimento desse estudo compreende as margens direita e esquerda da BR-153, em um trecho compreendido entre as avenidas Cônego João Lima e Santos Dumont, no perímetro urbano do município, bem como as proximidades do DAIARA (Distrito Agroindustrial de Araguaína), também às margens da rodovia.

Nas margens da rodovia BR-153, houve uma apropriação, pelo capital, de um espaço natural, transformando-o em um espaço produtivo, respondendo a uma dinâmica de consumo característico do intenso fluxo diário de pessoas e mercadorias.

É interessante salientar que o processo de expansão urbana de Araguaína está intimamente relacionado à construção da rodovia Belém-Brasília, e o fluxo de pessoas e mercadorias que circulam com o objetivo de atender às demandas do capital, amplia a dinâmica comercial, criando uma situação de dependência entre os comerciantes e os clientes que trafegam nesse perímetro. Por essa razão a rodovia é um vetor para o desenvolvimento local do setor terciário.

Outro comércio bastante lucrativo também instalado nessas localidades é a prostituição. Travestis e mulheres que ocupam as margens direita e esquerda da rodovia BR-153 comercializam sexo e mercadorias que trafegam pela rodovia, e também com pessoas que residem na cidade. Por isso, constatou-se a existência de territórios da prostituição representados por esses sujeitos sociais, em diferentes espaços de tempo, no trecho da rodovia que atravessa o perímetro urbano de Araguaína.

A construção e (des)construção desses territórios imprimem diferentes paisagens ao espaço, que durante o dia é ocupado por pessoas que trabalham no comércio instalado ao longo do perímetro, e, à noite, por profissionais do sexo: mulheres e travestis. A constatação dessas territorialidades temporárias leva a crer em uma sobreposição territorial construída por diferentes sujeitos sociais.

Neste trabalho são abordados aspectos como a construção e (des)construção desses territórios, a composição deles e a paisagem resultante dessa ocupação. Assim, será possível compreender, sob a ótica da geografia, a qual é conferida a análise do território, quem constrói e como são construídas as territorialidades da prostituição, identificando as relações de poder que se estabelecem sobre o espaço e as contradições sociais existentes, bem como os locais da cidade “eleitos” para esse tipo de construção.

Esta temática ora desenvolvida vem preencher uma lacuna no que diz respeito à problemática urbana de Araguaína, a qual, por sua vez, será trabalhada, sob a categoria

território, na perspectiva do espaço da prostituição, pois abordagens dessa natureza ainda são incipientes no estado do Tocantins.

A proposição de um estudo sobre as territorialidades da prostituição sob a ótica da Geografia pressupõe uma análise a partir do território. É ele quem trará o significado das relações de poder e a disputa do espaço pelos atores envolvidos nessa atividade, às margens da BR-153. Como explica, Souza (1995, p. 79): “(...) o verdadeiro *Leitmotivé* o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?”

É importante reafirmar o conceito de território a partir do uso do capital. É a dinâmica dos lugares que definirá o uso do território, como afirma Santos (2005): “O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal”. (SANTOS, 2005, p. 256)

Para tanto o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro traz apontamentos teóricos sobre o território na ciência geográfica, com o objetivo de expor algumas análises teórico-metodológicas sobre o território à luz da Geografia, direcionando a compreensão do fenômeno estudado.

O segundo capítulo faz uma abordagem sobre os aspectos que influenciaram a construção da rodovia Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização da cidade de Araguaína, processo que influencia a construção e (des)construção dos territórios da prostituição às suas margens.

O último capítulo revela o resultado do estudo empírico, identificando e analisando os fatores que propiciam a instalação de territórios da prostituição às margens da BR-153, bem como o perfil socioeconômico dos sujeitos sociais envolvidos nesses territórios.

O estudo do fenômeno das territorialidades da prostituição às margens da rodovia em Araguaína-TO foi realizado com o objetivo de compreender e discutir as contradições socioespaciais existentes. E, como metodologia, foram empregados uma revisão bibliográfica sobre o Território, como categoria de análise da geografia, e um questionário composto por questões fechadas, aplicado aos sujeitos sociais envolvidos na atividade de prostituição para a coleta de dados primários.

1- CAPÍTULO - APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE TERRITÓRIO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

O Território para a Geografia se confundia com os conceitos de espaço e lugar. O espaço, como categoria de análise da Geografia, é anterior ao território e a todas as outras categorias, pois ele é a totalidade.

O conceito de território pela Geografia esteve durante muito tempo relacionado ao de Estado-nação, o território nacional, o espaço gerido pelo Estado e muito bem delimitado. Porém a nova realidade extrapola esse conceito e aponta para um território transnacionalizado, como afirma Santos (2005).

Com o processo de globalização, o mundo passou por uma nova configuração, um novo reordenamento político e econômico, e, a partir dessa mudança, o conceito de território passou a ter um novo significado, muito mais relacionado às relações de poder que aos limites físicos, outrora desenhados.

A palavra território normalmente evoca o território nacional e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em “defesa do território pátrio”, em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto, ele *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. (SOUZA, 1995, p. 81)

Em o Retorno do Território, Santos (2005) aponta para a existência de dois tipos de território, aquele que é o de todas as pessoas, e aquele que é do interesse do capital. O primeiro é o que remonta à ideia de Estado-Nação, e o segundo a dos recursos.

O território do mundo globalizado é o *território usado* de objetos e ações, como define Santos (2005). Para o autor, no período de interdependência universal, houve uma nova construção do espaço e um novo funcionamento do território o que denominou como verticalidades e horizontalidades. As horizontalidades são os lugares vizinhos, onde há uma continuidade territorial; e as verticalidades, pontos distantes representados por redes.

Para Santos (2005), o território é concebido a partir de relações econômicas e do domínio do capital, em que as horizontalidades são marcadas por um cotidiano de solidariedade, em que as regras são elaboradas localmente; já as verticalidades se baseiam em relações hierarquizadas, nas quais o comando é exterior ao lugar. As verticalidades podem ser representadas pelas redes, que se constituem em apenas uma parte do espaço.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que o território é formado por lugares que, ora não compõem redes, ora as compõem. Nesse último caso, tem-se a ideia de verticalidade. O mundo está inserido em um processo de globalização, que cria e recria territórios, cujos lugares assumem funções distintas.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 2005, p. 256)

Santos (2005) se apropria, em sua leitura sobre o território, do termo espaço banal, de François Perroux, para explicar que esse espaço é o abrigo de todos, e que, apesar dele, existem as redes que se contrapõe a ele, enfraquecendo as horizontalidades, cabendo ao lugar, por sua vez, resistir à globalização perversa. Ou seja, o foco principal de todo o processo está no lugar, pois é ele quem resiste ou se deixa apropriar pelo sistema de redes, que busca selecionar os espaços segundo os seus próprios interesses.

Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade. (SANTOS, 2005, p. 260)

Segundo Santos (2005 p. 259-260), o território é quem dá suporte às redes, para que transportem suas regras e normas, na democracia de mercado, ocasionando o seu fortalecimento em detrimento das horizontalidades, cuja base de vida está susceptível às normas do lugar.

A respeito do território, Santos (2005 p. 256) explica que graças aos milagres da ciência existe a possibilidade de um “acontecer solidário”, que para o autor pode se apresentar em três formas: acontecer homólogo, acontecer complementar e acontecer hierárquico. O “acontecer” para Santos está relacionado às horizontalidades e verticalidades sobre o modo de produção.

O acontecer homólogo é aquele em que há uma similitude de atividades, que geram contiguidades funcionais, ou seja, através da ciência e da tecnologia áreas de produção agrícola ou urbana se modernizam através de uma informação especializada que normatiza suas rotinas. Existe uma homogeneização nas ações. No acontecer complementar há um compartilhamento de informações entre campo e cidade, ou entre cidades, onde existe uma contiguidade espacial. Existe uma troca necessária para o desenvolvimento das partes

envolvidas. O acontecer hierárquico está relacionado à racionalização das atividades e é realizado, a partir de um comando que normatiza a produção, como explica Santos (2005, p. 257).

Para o autor o acontecer homólogo e o acontecer complementar correspondem às horizontalidades, onde há uma contiguidade espacial; e o acontecer hierárquico, às verticalidades, pois denota uma situação em que o comando vem de fora, de cima. Existe, nas duas primeiras formas, o domínio de forças centrípetas; e, na última, o domínio de forças centrífugas.

O conceito de território, sob essa ótica, é o oposto da visão tradicional, pois representa o fim dos antigos limites e da relação de identidade do ser com o solo. A visão do território usado é a aquela que advém do mercado, dos interesses do capital, que vê os espaços através das redes, onde estão ligados e são comandados por forças estranhas ao lugar e ao território.

Oliveira (2004) conceitua o território como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e articulações supra-estruturais, ou seja, o resultado material da luta de classes na produção da sociedade.

Para o referido autor, o território é construído, destruído, mantido e/ou transformado de forma contraditória. Ele o define como: “(...) o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.” (OLIVEIRA, 2004, p. 40)

Segundo essa abordagem, o território é visto pelo e a partir do modo de produção capitalista que divide a sociedade entre classes, onde tudo gira em torno do trabalho humano (valorização), da produção (constituição do capital) e da reprodução (reprodução ampliada do capital), pois é essa lógica que constrói e destrói territórios em todo o mundo. Torna-se contraditório, pois ao passo que o território se transnacionaliza, ele também se nacionaliza, como necessidade do próprio capital.

Oliveira (2004) defende que o território é o resultado da soma de quatro elementos (construção/destruição/manutenção/transformação) que ao serem processados de forma constante e conjugada, constituem uma unidade dialética e contraditória.

Nessa perspectiva o território é o resultado do movimento social, a partir da lógica capitalista, que elege e hierarquiza os lugares de acordo com os seus próprios interesses, dentre eles a disponibilidade de recursos. É esse movimento das classes (proletariado, burguesia e proprietários de terra) que configura o território.

Raffestin em uma leitura sobre o território assegura que o espaço é anterior ao território, e que este se forma a partir do espaço, como resultado da ação de sujeitos que ao apropriarem-se do espaço, concreta ou abstratamente, territorializam o espaço. Isso é justificado a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, onde o espaço não tem valor de troca, e sim de uso, e é por essa razão que o espaço preexiste a qualquer ação.

Raffestin (1993) explica que, ao construir uma representação gráfica de um determinado espaço, institui-se automaticamente um território, pois as imagens traduzem o exercício de poder de um determinado grupo em uma determinada escala, definindo posições, como a localização de centros urbanos, rodovias, pontes e etc.

(...) a partir dessa representação original, o ator pode decidir “construir” vários tipos de tessituras e articular todos os pontos, ou somente alguns, em redes. Pode decidir ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções ou, ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados entre si, imaginando um sistema de disjunções. (...) (RAFFESTIN, 1993, p. 148)

Para Raffestin (1993) o território é construído a partir de um poder central. É um sistema de ações e estratégias que desenvolve um domínio sobre o espaço. Esse sistema é composto por nós, tessituras e redes, dispostos hierarquicamente, que permitem que os territórios se integrem, propiciando o surgimento de relações de poder. Assim, “(...) Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. (...)” (RAFFESTIN, 1993, p. 153)

O referido autor defende uma divisão espacial, a qual define como tessituras, cujos pontos ou nós são controlados por redes de natureza política, econômica e cultural, que permitem o domínio de todo o território em diversas escalas. Raffestin acredita que mesmo não havendo limites físicos, o controle se dá pelas relações de poder, pois as fronteiras podem ser, ou não, visíveis.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado/possuído. (...) permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. (...) (RAFFESTIN, 1993, p. 151)

Segundo Raffestin (1993) tanto o indivíduo, quanto o Estado e as empresas são atores sintagmáticos² que produzem territórios, quer seja o sujeito ao construir uma casa; o Estado com suas organizações grandes e pequenas; ou as empresas com seus nós e redes. Todos constroem territórios e estratégias em diferentes escalas de tempo e em diferentes relações de poder.

Sobre tessituras, Raffestin (1993 p. 154) traz os seguintes conceitos: “(...) tessitura é a projeção de um sistema de limites ou de fronteiras, mais ou menos funcionalizadas (...) a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes.” Segundo o autor, ao se delimitar um determinado espaço produz-se um território, ou seja, cada tessitura determinará o alcance de exercício do poder. As tessituras podem ser políticas ou econômicas, sendo que as primeiras são mais duradouras, haja vista, o caráter permanente do Estado.

Em relação às redes, Raffestin (1993) afirma que elas podem ser abstratas ou concretas, visíveis ou invisíveis, e ainda: “Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes. (...)”. Em tese, as redes asseguram a comunicação entre os pontos (nós), porém muitas vezes, elas representam o contrário. Um exemplo citado pelo autor são as rodovias que ligam pontos distantes entre si, mas que em alguns casos, separam cidades ao meio, interrompendo, mesmo que parcialmente, a comunicação em pequena escala.

Outro conceito abordado pelo autor é o de territorialidade. Raffestin (1993 p. 160) define territorialidade como um conjunto de relações baseadas em sociedade-espaço-tempo. É interação que os indivíduos têm com o espaço em uma escala temporal. Cada sociedade possui sua própria territorialidade.

Raffestin (1993) reduz o conceito de território ao espaço natural, pois ao incorporar o conceito de substrato material se identifica com a unidimensionalidade do poder, defendida pela Geografia Política, muito embora sua visão do território não se restrinja ao solo pátrio, defendido por Ratzel.

Essa ideia de Raffestin é contrariada por Souza (1995) que define o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, um conceito que extrapola as características físico-ambientais, e mesmo a relação do indivíduo com o lugar, para discutir quem exerce o domínio nesse espaço. O território pode ser entendido em escala nacional, associado ao Estado, porém não pode ser reduzido a ele. Os territórios são

²Sintagma é uma unidade sintática composta de um núcleo e de outros termos que a ele se unem, formando uma locução – Sintagmático. (HOUAISS – DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA). Com esse adjetivo Claude Raffestin ilustra sua ideia principal a respeito do território, que é a existência de um núcleo central, composto por nós distribuídos em redes. (RAFFESTIN, 1993)

construídos e desconstruídos em inúmeras e diferentes escalas, desde uma rua até uma Organização Internacional; em um século, meses ou dias.

Naturalmente que se concorda aqui com RAFFESTIN (1993:143) em que o espaço é anterior ao território. Mas acreditamos que este autor incorre no equívoco de “coisificar”, “reificar” o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material-vale dizer, o espaço social. Sem dúvida sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – *ao menos enquanto o homem também estiver presente.* (...) (SOUZA, 1995, p. 96)

Para Souza (1995), o território está distante de ser apenas uma simples associação entre o indivíduo e o espaço, são antes, relações sociais que se projetam em determinado espaço, como um substrato material das territorialidades, constituindo-se, dissolvendo-se ou dissipando-se nas mais diversas escalas temporais, sem que haja necessariamente uma identidade ou um caráter afetivo entre o indivíduo e o espaço. A exemplo disso:

Os territórios da prostituição são bastante “flutuantes” ou “móveis”. Os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que afetiva. (...) (SOUZA, 1995, p. 88)

Ao criar um predicado para o território, Souza (1995) conceitua territorialidades, como os tipos de territórios, classificando-os de acordo com suas propriedades, dinâmica, entre outros, como os territórios contínuos e os territórios descontínuos. Para o autor, os territórios contínuos são aqueles em que há uma contiguidade espacial, enquanto que o território descontínuo está relacionado à rede, sem contiguidade espacial, haja vista que as redes são formadas por nós, conectados entre si, que correspondem aos fluxos de bens, pessoas e/ou informações.

(...) A esse território em rede ou território-rede propõe o autor do presente artigo chamar de *território descontínuo*. Trata-se, essa ponte conceitual, ao mesmo tempo de uma ponte entre escalas ou níveis de análise: o território descontínuo associa-se a um nível de tratamento onde, aparecendo os nós como pontos adimensionais, não se coloca evidentemente a questão de investigar a estrutura interna desses nós, ao passo que, à escala do *território contínuo*, que é uma superfície e não um ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada. (...) (SOUZA, 1995, p. 93)

A construção e desconstrução de territórios, desenvolvidas pela sociedade, abordadas por Oliveira (2004), servem como referencial analítico e teórico para a pesquisa, quando ele aborda esse processo em uma escala mais ampla. Por outro lado a abordagem conceitual de território a partir do movimento de construção e desconstrução feita por Souza (1993), em uma escala temporal menor, subsidia a análise do território da prostituição em Araguaína.

1.1 Território e Poder

Segundo Cataia (2011), o território ressurgiu nas cidades medievais italianas, mas o seu significado moderno, como área de exercício do poder de um Estado e não mais apenas de uma cidade, emerge quando Estado e soberania passam a compor uma única ordem territorial e as fronteiras que circunscrevem cada território passam a ser respeitadas internacionalmente, ou seja, o território político, que é uma circunscrição do poder do Estado. Para praticar o poder em “seu” espaço o Estado reclamou legitimidade, passou a controlar o ordenamento político, que tem que ser reconhecido como válido por todos aqueles que vivem sob uma mesma soberania, dentro dos limites de um território.

Mas os conceitos de território vão além deste conceito de território compreendido a partir do seu vínculo com a territorialidade estatal. O conceito de Santos (2005) que trata do território usado é muito apropriado para a análise da temática *As territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR-153 em Araguaína-TO*, pois o que se percebe é que ele não é usado apenas pelos agentes hegemônicos da política e da economia, Estado e grandes empresas, mas também por outros agentes, os agentes não-hegemônicos ou hegemonzados, como afirma Cataia (2011). Nestas várias escalas o território está vinculado ao poder, seja ele, ideológico, econômico, político ou cultural.

Raffestin (1993, p.52) aborda que é preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização.

O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à uma unidimensionalidade e à transcendência: ‘o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares’. Por tanto, seria inútil procurar o poder ‘na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde irradiaria formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis’ (RAFFESTIN, 1993, p.52).

Ou seja, o poder territorial esta em todos os lugares, células sociais e, sobretudo, no jogo político e na luta de classes sociais.

O território em uma concepção de espaço de poder político se dá quando se manifesta e se exerce qualquer tipo de poder através de relações sociais. São as relações sociais que vão do concreto ao abstrato, e que consubstanciam o poder. A relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si na vida cotidiana que implicam poder. Se considerarmos que onde existem homens há relações, têm-se, ao mesmo tempo, territórios. As relações são o poder e o poder são as relações, como pode-se ver em: “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1993, p.53). Para o referido autor são estas relações que cristalizam o território. O território pode ser entendido como a cena do poder e o lugar de todas as relações.

O território é constituído por meio das relações sociais e, é por intermédio destas, que toda atividade humana se materializa. Marx chegou a afirmar que não existe o indivíduo formado fora das relações sociais. Para ele, a essência humana é o conjunto das relações sociais (COTRIM, 2001). O indivíduo é um produto social (MARX; ENGELS, 1996). No mundo das relações sociais, os fatos se materializam em uma lógica assimétrica, em função do jogo do poder, dos conflitos de classes. O poder para Marx e Engels, emana da luta de classes.

O poder pode ser uma manifestação através dos aparelhos institucionais complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos, sendo visível e identificável, controlado pelo Estado. Mas há também o poder que está presente em cada relação e esconde-se em todos os lugares atrás do Poder do Estado. Vale salientar que para Foucault, o poder é um exercício que está nas pequenas estruturas sociais e não somente no Estado.

Para Raffestin (1993), o território é um produto “consumido”, ou um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens ou atores sociais que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. É então todo o problema da territorialidade que intervém permitindo verificar o caráter simétrico ou dessimétrico das relações de poder.

Segundo Andrade (2004), o conceito de território está ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes territórios, ignorando as fronteiras políticas.

Do ponto de vista da noção do território como espaço político na Geografia, o território é utilizado, primeiramente, por Ratzel, um dos primeiros teóricos da escola alemã. Ele utiliza o conceito para explicar o que denominou de Geografia política, centrada no Estado como único detentor do poder. Visualiza o território, a partir da ideia de controle, domínio e apropriação, sintetizando as condições para o desenvolvimento, ou não, da sociedade (ABRÃO, 2012, p. 49). A referida autora observa ainda que o interesse de Ratzel pelo estudo do espaço e do Estado dá origem a Geopolítica – estudo da dominação dos territórios.

Ratzel foi um ícone da Geografia Política por meio de suas obras *Antropogeografia* (1891 e 1909) e *La Géographie Politique* (1897). Para analisar e debater a noção de território como espaço político, faz-se necessário observar as obras *Antropogeografia* (1882) e *Geografia Política* (1897). Raffestin (1993) considera Ratzel o pai da Geografia Política, e chega a afirmar que sua obra é um “momento epistemológico” na Geografia, pois Ratzel está num ponto de convergência entre uma corrente de pensamento naturalista e uma corrente de pensamento sociológico. Para Condiotto (2004), as propostas inovadoras para a época, presentes na *Antropogeografia* de Ratzel, tem uma preocupação com a formação naturalista, porque desenvolve sua noção de território a partir da ideia de habitat usada na Biologia para delimitação de áreas de domínio que aparece como sinônimo de solo e/ou de ambiente.

Na busca da gênese do conceito de território, Souza (1995, p. 84), acredita que “o território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social” [...]. Mesmo com essa ênfase naturalista no uso de conceitos, as grandes contribuições de Ratzel vincularam o território como imprescindível para alcançar objetos políticos. Com a ideia de teorizar e justificar a respeito da relevância destes conceitos na constituição do Estado-Nação e para a manutenção e conquista de poder, pois para ocorrer o domínio do Estado, seria necessário existir um território, assegura Condiotto (2004). O referido autor (2004, p. 79), diz que na visão de Ratzel, [...] “as relações entre sociedade e território são determinadas pelas necessidades de habitação e alimentação. A sociedade enraíza-se no território e esta relação influencia a natureza do Estado” [...].

É uma ideia que nasceu com o chamado determinismo que desenvolveu primeiramente na Alemanha com Ratzel (1844 – 1904), em sua célebre obra *Antropogeografia* que define como objeto de estudo geográfico a influência das condições naturais sobre os comportamentos da humanidade. Para ele, o espaço físico seria determinante

na formação sociocultural dos indivíduos e na estruturação das sociedades. Tenta demonstrar que as forças naturais determinam a distribuição das pessoas na Terra econômica e socialmente, “obstaculizando ou acelerando” este processo. O progresso, para ele, resultaria do aumento do uso dos recursos da natureza, em especial o uso do solo.

Para a autora Abrão (2012), Ratzel privilegia a análise das relações entre Estado e espaço. O território representa as condições de trabalho e existência da sociedade. O progresso implicaria a conquista de novos territórios. Com estes argumentos, Ratzel elabora o conceito de espaço vital (espaço necessário para a expansão territorial de um povo, neste caso, do povo alemão). Este representaria o equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis em uma dada área. Além da formação e permanência territorial, o progresso estaria intimamente ligado à disponibilidade desses recursos. Aqui, a ideia de espaço vital tem a conotação de território do Estado.

Cada território circunscrito por fronteiras onde vigora um regime político soberano teria as duas funções: o abrigo e o recurso (Gottmann, 1973). O território como abrigo teria a função da proteção de todos aqueles que nele vivem, o território como recurso seria uma plataforma para expansões políticas e comerciais, portanto, o território (do abrigo e do recurso) seria o campo de ação da competição entre as empresas e entre os Estados, afirma o referido autor.

O território como abrigo já aparecia nas formulações de Ratzel (1897; 1988), quando afirmava que quanto mais sólidos são os nexos entre alimentação e moradia, mas a sociedade estaria presa ao solo, por isso, impor-se-ia a necessidade da manutenção da propriedade do território. Diante desta necessidade, a tarefa do Estado continuaria a ser a da proteção. O Estado protegeria o território contra as violações externas. Para Ratzel (1897; 1988), a proteção não seria apartada do comércio, pois, leis alfandegárias, tratados comerciais e colônias teriam também a finalidade de amparar o território.

Cataia (2010), diz que encontra-se em Ratzel uma interpretação desistoricizante do território, pois sua análise é apoiada no paradigma evolucionista, distante da dialética histórica. Desconsidera a navegação transoceânica e a revolução dos transportes que despontavam na segunda metade do século XIX, justamente na Europa que se integrava pelas ferrovias e, sobretudo, a luta entre classes. Ratzel acreditava que as “distâncias dos recursos” podem esgotar as forças de uma nação. Todavia, há algo neste autor que permanece atual, pois apesar de a globalização ter avançado em quase todos os aspectos econômicos, tecnológico, cultural, até linguístico, a globalização, como lembra Hobsbawn (2007), não

atingiu ao menos um elemento fundamental: do ponto de vista político e militar, os Estados territoriais continuam sendo as únicas autoridades efetivas.

O território político entendido como o chão de exercício soberano do Estado e base para sua organização federativa tem uma longa história. É a soberania exercida num território contínuo e com fronteiras lineares claramente demarcadas. A construção jurídica do território define o território do Estado de uma maneira: é o domínio da validade de uma ordem jurídica estatal. A unidade do território resulta da unidade e da validade de normas. Assim, o mundo é dividido em entidades políticas no interior das quais se exerce o poder do Estado, afirma Moraes (2002).

Pode-se afirmar que o território é o espaço político por excelência e o campo de ação dos triunfos (RAFFESTIN, 1993). Nesse viés, a expressão território vem sendo muito utilizada desde o século XIX por geógrafos, como por exemplo, Ratzel, preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle geopolítico do território e também por Élisée Reclus, que procurava estabelecer as relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado. Desse modo, o território não é apenas o teatro do jogo econômico: ele torna-se fator condicionante, principalmente, do modo como ele se organiza para a modernidade, constituindo-se numa base comum de operação para todos os atores, mas são, sobretudo, favorecidas as corporações, sejam elas econômicas ou não (SANTOS, 1994).

A leitura do território como condição material do Estado moderno, ou seja, de sua soberania na defesa de uma determinada sociedade permanece fundamental e indispensável, principalmente em face aos conflitos associados à exploração dos recursos estratégicos e à valorização diferencial dos territórios pela atualização do capitalismo (Ribeiro, 2005). Porém, paralelo a esta leitura emerge outra compreensão do território, o território usado não só pelo Estado, expressiva da vida de relações e mais próxima do espaço banal.

O território pode ser definido pela relação do homem com o meio e com seus símbolos. Estes símbolos são apropriados pelos atores sociais ou por uma classe social dominante que os usa como mecanismos ideológicos para legitimar a identidade territorial. É por meio destes símbolos (hábitos, traços singulares da sociedade, língua, etc.) que se constrói o discurso regionalista do poder no território. As relações de poder não se limitam somente ao poder político, econômico e ideológico, mas também incluem o poder simbólico, de acordo com Souza (1995). No poder simbólico o território assume um caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas sendo, por isso, um instrumento de manipulação política. Além disso, a cada transformação socioespacial, há exigência de uma “renovação” da ideologia e do universo simbólico.

1.2 Conceitos sobre Territorialidade

A territorialidade humana de uma forma geral pressupõe a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. Pode-se falar de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 19). A territorialidade na verdade, é um exercício de um domínio que se realiza ou se projeta pelas relações sociais de poder.

Para Ferreira (2000) a territorialidade é a realidade de um território regido por normas. Sua relação (do meio ambiente) com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem.

Carlos Santos em seu artigo intitulado *Território e territorialidade*, publicado em 2011 pela Revista *ZONA DE IMPACTO*, discorre sobre o conceito de territorialidade dialogando com autores como Soja (1971), Raffestin (1993) e Sachs (1986). Santos (2011) compartilha com a linha de raciocínio de Soja (1971, p. 34), quando coloca que no âmbito da conotação política da organização do espaço pelo homem, a territorialidade pode ser vista como “um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam”. Acrescenta ainda que a territorialidade humana pode ser encontrada na forma como no Ocidente se estabeleceu a propriedade privada da terra, por exemplo.

Raffestin (1993) considera que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens, ou seja, a territorialidade pode ser compreendida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível.

Para Sachs (1986, p. 19), a territorialidade é um comportamento humano espacial. Uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para *afetar, influenciar e controlar* o uso social do espaço, abarcando várias escalas espaciais. A territorialidade pode referir a uma tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações e, sobretudo, para delimitar e impor controle sobre um recorte espacial. Para o referido autor, esse recorte é que chamamos de território. A partir deste raciocínio pode-se concluir que a territorialidade se

manifesta como uma delimitação espacial, onde há evidência de controle social e relações de poder circunscrito neste recorte espacial.

O termo Territorialidade é muito utilizado como um adjetivo do termo território ou mesmo como o plural desse substantivo, mas assim como existem diferentes conceitos para denominar o que seja território, há também alguns significados de territorialidade para a Geografia.

Raffestin (1993) denomina territorialidade como a multidimensionalidade da vivência territorial daqueles que compõe um território, seja pelo processo territorial ou pelo produto territorial, em relações que tanto podem ser existenciais, quanto produtivas.

(...) Quer se trate de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159)

Raffestin (1993) explica que a noção de territorialidade veio dos naturalistas que se preocupavam apenas com a territorialidade animal, deixando de lado a territorialidade humana. Apesar dos esforços das ciências humanas, pouco se definiu sobre a territorialidade humana, ao abordarem as relações entre o homem e o território, e o homem e o espaço.

Na busca pelo conceito de territorialidade Raffestin (1993, p. 159) traz um conceito americano de territorialidade: “um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos ou exclusivos (...) por seus ocupantes (...)”. Essa afirmação traz no seu bojo a ideia ocidental de propriedade privada, a inclusão ou exclusão de indivíduos.

A territorialidade para Raffestin (1993) pode ser concebida por um esquema relacional que inclui o indivíduo, que ele define como H, se este pertencer a uma coletividade; r que ele denomina como relação particular definida por uma forma e um conteúdo; e E, considerada como exterioridade, um lugar ou espaço abstrato.

Nesta teoria Raffestin (1993) cria um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo para o alcance da maior autonomia possível com os recursos disponíveis, ou seja, a territorialidade se torna dinâmica, pois suas variáveis H, r e E estão sujeitas às variações do tempo. Assim, o autor considera que a territorialidade é constituída por relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade.

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria

fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. (RAFFESTIN, 1993, p. 161)

Para Raffestin a territorialidade se constitui da materialização das relações existenciais e ou de produção entre o homem e o espaço. E ainda: “A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162)

Contrariando o conceito de Raffestin, Souza (1995) aponta que não há elementos suficientes nem no conceito de Lefébvre sobre a produção do espaço, e nem mesmo nas noções de regionalismo, que justifiquem a terminologia de territorialidade enquanto comportamento espaço-territorial de um grupo social, defendido por Raffestin e outros autores.

Para Souza (1995, p. 99), territorialidade no singular se remeteria a algo extremamente abstrato, que faria de um território, um território, ou seja, relações de poder espacialmente delimitadas operando sobre um substrato referencial. As territorialidades, no plural, seriam os tipos de territórios, classificados a partir de suas propriedades, dinâmica, e etc.

Segundo Souza (1995) a abordagem crítica e abrangente de territorialidade passa por uma flexibilização da visão de território, visto além do território-Nação, para um campo de forças ou uma complexa rede de relações sociais, podendo o território formar-se ou dissipar-se em escalas temporais bastante relativas.

Para exemplificar o conceito de territorialidades, Souza (1995) cita dois tipos de territorialidades; territórios contínuos e territórios descontínuos. Os territórios contínuos são aqueles em que há uma contiguidade espacial, uma solidariedade entre os espaços próximos, o que Milton Santos (2005), conceituou como *horizontalidades*. Os territórios descontínuos também conhecidos como territórios-rede são aqueles ligados por pontos ou nós, são espaços distantes uns dos outros, aos quais Santos (2005) denominou de *verticalidades*.

Matos e Ribeiro (1995) ao discorrerem sobre territorialidade explicam que para assegurar o controle sobre o espaço é necessário que o ambiente seja marcado pelos limites de uma territorialidade, que dará ao grupo ou seus indivíduos as condições para exercer esse domínio.

(...) Assim, uma rua, um conjunto de ruas ou um lugar passam a ser um território durante um certo período de tempo. Isso acontece porque o indivíduo ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, formaliza um território.

Mas para que este território possa existir como tal é necessário um esforço constante para seu estabelecimento e manutenção. (MATOS e RIBEIRO, 1995, p. 63)

Ao assumir o controle de determinado espaço, constituindo-o um território, os indivíduos passam a ter o controle de acesso de determinados indivíduos a esse espaço. Matos e Ribeiro apud Soja (1995, p. 63) explicam que a territorialidade exercerá o papel de uma estratégia para controlar em diferentes graus o acesso de pessoas, coisas ou relações em determinados espaços, ou ainda, o papel de segregar e compartimentalizar o contato entre os indivíduos, em um processo de inclusão e exclusão de pessoas.

Os conceitos definidos por Souza e Raffestin, e reforçados por Matos e Ribeiro possibilitam a compreensão do conceito de territorialidade para a Geografia, e fundamentam o estudo sobre as territorialidades da prostituição existentes às margens da BR-153 em Araguaína.

1.3 Territorialidades da Prostituição

O conceito de Território utilizado para a compreensão das territorialidades da prostituição é aquele constituído por e a partir de relações de poder, defendido por Souza (1995). É o “cenário” em que sujeitos sociais apropriam-se de determinados espaços, eleitos pelo capital, através de conflitos, para o exercício de uma atividade, cuja finalidade é a obtenção de vantagens, lucros.

O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço ou ainda quais ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, como exemplificam as palavras de Sun Tzu a propósito da conformação do terreno, mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? (SOUZA, 1995, p. 78)

Nesse mesmo sentido discorrem Matos e Ribeiro (1995, p. 64): “(...) A prática da prostituição é, na realidade, uma relação de poder, porque as pessoas que ganham a vida prostituindo-se estabelecem um território onde se desenvolve esta atividade”.

Segundo a ótica da Geografia Tradicional, o território é construído a partir de limites físicos que dão a ele uma configuração. Ainda que possua um caráter simbólico, como é o caso dos territórios da prostituição, o território necessita de limites físicos para se estabelecer como tal. A razão dessa delimitação está na apropriação dos espaços por

determinados grupos ou sujeitos sociais, pois ao estabelecerem um limite físico, estabelecem ou restringem o acesso de outras pessoas (clientes ou grupos rivais). Sobre isso Matos e Ribeiro apud Sack (1995, p. 64) discorrem:

(...) Essa ambiência é demarcada por limites de uma territorialidade, definida como uma tentativa individual ou de grupo, “de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e assegurando o controle sobre uma área geográfica”.

Na visão de Souza (1995), o caráter temporário, móvel e cíclico do território traz para si um ressignificado que aponta para uma disputa de poder que envolve os sujeitos e o espaço, havendo ou não uma identidade entre eles, o que evidencia o controle do capital na construção ou desconstrução dos territórios.

Segundo Silva *et al* (2015), as territorialidades da prostituição surgem a partir do momento em que o espaço concreto é ocupado por mulheres, travestis ou michês que exercem aquela atividade. Tais territorialidades tendem a se dissipar a partir do momento em que a intimidação ocasionada por outros atores surte efeito. Como alternativa para a fuga desta problemática enfrentada pelos profissionais do sexo, a mudança do ponto da prostituição torna-se necessária, alterando conseqüentemente a fronteira do território. Percebe-se, assim, o quão móvel é a caracterização dos territórios da prostituição, ocasionando certas mudanças em conexão com as relações de poder que ocorrem na sociedade.

Silva *et al* (2015) e Parente (2012), compartilham com a ideia que as diferenças existentes nos diversos grupos sociais na apropriação do espaço, ou seja, na construção do território, acabam tornando-se fator decisivo para o aparecimento de conflitos entre os grupos. Como é o caso do conflito entre a territorialidade construída pelas garotas de programa com famílias que moram ao entorno onde a atividade é praticada. No caso das margens da rodovia BR-153 em Araguaína, há a disputa da territorialidade entre os grupos de mulheres e travestis.

Os autores Silva *et al* (2015); Castro; Deus; Silva (2012) são unânimes ao afirmar que quando se refere a formação dos territórios da prostituição, os mesmos tendem a ser quase sempre formados em áreas de baixo status social e valor econômico, realçando a formação dos pontos de prostituição nas proximidades das zonas comerciais populares ou localizadas em bairros pobres da cidade. A territorialidade da prostituição é um mundo que atinge principalmente as classes sociais com poder aquisitivo baixo e, por ser um ambiente social considerado pelo Estado e a sociedade capitalista contemporânea um espaço ilegal e não aceito dentro dos padrões habituais, torna-se um território não muito visível.

Nos espaços urbanos Silva *et al*(2015), Silva; Neto (2009), reforçam o caráter transitório e de descontinuidade da territorialidade da prostituição abordando sobre as diferentes funções urbanas e os serviços. Estes autores asseguram que as garotas de programa que exercem as suas atividades em áreas públicas, com frequência territorializam um espaço público durante a noite. Entretanto, durante o dia, esse mesmo espaço é composto por outros tipos de serviços (comércio, escritórios e atividades informais) e a prática da prostituição é anulada ou se torna quase imperceptível.

A prostituição feminina e masculina é um fenômeno que pode ser compreendido através do território, à medida que se dê de forma hierarquizada, revelando um campo de tensões entre os sujeitos sociais que disputam o espaço.

O caráter flutuante e móvel da prostituição revela uma identidade funcional entre os sujeitos envolvidos (mulheres e travestis) e o espaço concreto. À medida que o lugar passa a não oferecer determinada lucratividade, ou se torna um ambiente hostil (perseguição policial, da comunidade ou mesmo de grupos rivais), esses sujeitos sociais migram para outros espaços, construindo novas territorialidades, com limites sempre instáveis.

Ornat (2014) estuda o território da prostituição travesti no sul do Brasil, relacionando-o ao movimento LGBT e à atividade de cafetinagem, evidenciando a existência de um território descontínuo nessa região do país.

Segundo Ornat (2014) existem no sul do Brasil territórios da prostituição travesti que se conectam às outras regiões (sudeste e sul) do Brasil, e até mesmo do exterior (Europa), através de redes de prostituição. Esses sujeitos envolvidos na atividade de prostituição se deslocam com muita frequência pelo país e pelo exterior, em busca de novos mercados para essa atividade, agenciados por pensões, que exercem um papel de cafetinagem.

As pensões, como são conhecidos, os estabelecimentos que abrigam os travestis, são mantidas por eles, através do pagamento da hospedagem e de comida que lhes são oferecidas, bem como a liberdade de atuarem em determinados espaços (pontos de prostituição), “pertencentes” aos proprietários dessas pensões. Além da oferta de hospedagem, alimentação e o espaço para o exercício da atividade de prostituição, os cafetões, propiciam a migração dos travestis entre cidades, através de redes muito bem articuladas.

Fazendo uma análise da discussão de Souza (1995), Ornat argumenta que o território descontínuo se dá em diversas escalas espaciais, havendo sempre, ações de controle e de poder, o que delimita os processos de inclusão ou exclusão de pessoas através dos elementos de fronteira: os excluídos (*outsiders*) e os incluídos (*insiders*), ou seja, o sujeito (o pesquisador, por exemplo) que observa a atividade de prostituição sem participar dela, tem

uma visão diferente daquela desenvolvida pelos envolvidos (mulheres, travestis e clientes), formando assim, variados territórios.

Um homem supostamente heterossexual, casado (perfil costumeiro da prostituição travesti) que ocuparia a posição de *outsiders* na visão do sujeito-pesquisador que olha o fenômeno de uma posição externa, pode ser considerado *insiders* na compreensão de uma travesti-prostituta, que está posicionada dentro da realidade em foco. Mesmo porque, uma prostituta só se estabelece como tal na relação com o cliente e assim, o cliente não estaria fora, mas compondo o território da prostituição travesti.” (ORNAT, 2014, p. 116)

Ornat (2014) faz uma observação importante em relação ao território da prostituição. Segundo ele, a informalidade é um traço marcante na construção dos territórios da prostituição. Pelo fato de haver uma repulsa social em relação a essa atividade, em detrimento de uma demanda crescente de clientes, os travestis, e aqui, se poderia também incluir as mulheres, estabelecem táticas de sobrevivência a partir de códigos morais individuais ou grupais que são fundamentais para a ampliação e manutenção desses territórios.

As zonas de prostituição geralmente são as áreas mais degradadas dos centros urbanos. Em grandes centros, como o Rio de Janeiro, os territórios da prostituição se localizam no centro da cidade, onde ocorre uma alternância quanto ao uso do espaço: durante o dia o desenvolvimento de atividades comerciais, de serviço e de gestão; e à noite, atividade de prostituição.

Na área central do Rio de Janeiro, observa-se a coexistência de múltiplos usos, tornando-a uma representante-síntese da própria cidade. Nesta porção do espaço urbano carioca, forma-se um verdadeiro caleidoscópio, em que diferentes territórios coexistem, em um processo de contração e expansão. (MATOS e RIBEIRO, 1995, p. 61)

As territorialidades da prostituição são construídas e (des)construídas em uma escala temporal muito curta, pois existe uma alternância no uso dos mesmos espaços por sujeitos sociais distintos. Os espaços que são ocupados por estabelecimentos comerciais durante o dia, à noite dão lugar ao comércio da prostituição. Sobre isso discorre Raffestin (1993, p. 160): “(...) a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível (...)”.

O caráter móvel dos territórios da prostituição se deve a sua mobilidade. A identidade que os sujeitos sociais (mulheres e travestis) têm com o espaço é muito mais funcional que afetiva, como explica Souza (1995), ou seja, se as áreas onde os territórios estão

estabelecidos perderem sua lucratividade, logo serão transferidos para outros espaços. Os territórios da prostituição não são permanentes ou fixos.

Outra característica comum nos territórios da prostituição é a de ser cíclico. A alternância no uso dos espaços, durante o dia e a noite, entre os sujeitos sociais que trabalham nos estabelecimentos comerciais e os sujeitos envolvidos na atividade de prostituição denota que além de haver uma construção e uma (des)construção desses territórios em uma escala temporal muito curta, processo que se repete diariamente, há uma completa mudança na paisagem, e um (re)funcionamento dos mesmos espaços.

É importante ressaltar que a eleição dos espaços para o desenvolvimento da atividade de prostituição não é realizada ao acaso, mas ao contrário disso, está intimamente relacionada à atratividade que alguns lugares possuem em relação a outros, o que Santos (1999) definiu como áreas “luminosas” e “opacas”.

2- CAPÍTULO - A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR-153 E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA

2.1 Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional na Amazônia

No período do Regime Militar (1964-1985), o Brasil foi inserido em uma estratégia governamental, que objetivava integrar o país e a exploração de recursos naturais. Segundo Oliveira (1991, p. 29) a política de integração nacional compreendia as três grandes regiões geoeconômicas do país: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Sob a ótica de desenvolvimento nacional, ao Centro-Sul caberia à solidificação da indústria e a modernização da agricultura, bem como o desenvolvimento do Nordeste via industrialização e a ocupação da Amazônia.

Foi um período em que o Estado propagava uma ideia de defesa às fronteiras nacionais, principalmente na Amazônia, surgindo daí a política de “Integrar para não Entregar”. Estratégia essa, que encobria as verdadeiras intenções do governo brasileiro, que executou através da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), um dos maiores projetos de ocupação e exploração de recursos naturais da Amazônia, principalmente minérios, como o ferro e o manganês, como aponta Oliveira (1991).

A exploração de minérios da Amazônia tinha como principal objetivo o pagamento de empréstimos feitos pelo governo brasileiro, junto a outros países, que financiaram as obras de infraestrutura, como a construção de estradas, a exemplo da Transamazônica, a fim de possibilitar a penetração ao interior da Amazônia, como explica Oliveira (1991, p. 34).

Na década de 1970 foram criados os programas POLOCENTRO (1975) e POLAMAZÔNIA (1974), com os objetivos de possibilitar o acesso aos recursos naturais por grandes grupos econômicos, e o redirecionamento dos fluxos migratórios que partiam do nordeste em direção ao sudeste, para a Amazônia. De acordo com Oliveira (1991), ao Cerrado estavam destinados os produtores vindo do Sul; e à Amazônia, os nordestinos. Os primeiros, devido à escassez de terras e altos preços cobrados pela parcela do solo, estavam em busca de abrir novas fronteiras para a produção agropecuária, e os últimos, em virtude das condições adversas de clima e solo, necessitavam de novas terras para garantir sua subsistência.

Entre os dois programas implantados na década de 1970, o POLOCENTRO foi o que obteve melhor êxito, uma vez que serviu para a ocupação do Cerrado, pela soja. Os

grandes latifúndios através da concentração de terras, aos poucos foram “expulsando” a população camponesa do campo, fazendo do agronegócio uma atividade bastante rentável. O POLAMAZÔNIA não alcançou o seu principal objetivo, que era o de ocupação da Amazônia pelos nordestinos, pois as estradas que ligariam as regiões Nordeste e Norte, em sua maioria não foram concluídas, como é o caso da Transamazônica, e os “espaços vazios” considerados vazios pelo governo brasileiro, na verdade estavam ocupados por indígenas, endossando um sério conflito entre eles e posseiros, apenas a exploração de recursos naturais obteve sucesso, pois a exploração de minérios e devastação da Floresta Amazônica alcançou índices ainda não vistos.

Outros dois programas foram lançados no fim da década de 1970: POLONOROESTE e PRODECER. O POLONOROESTE visava à colonização de terras nos estados de Mato Grosso e Rondônia, através de empréstimos do Banco Mundial. Como ressalta Oliveira (1991, p. 94): “Este programa procurou, além da abertura/pavimentação da rodovia, alimentar programas de colonização em Rondônia e de desenvolvimento e regularização fundiária em Mato Grosso”. O PRODECER tinha como objetivo a produção de *commodities* para o mercado estrangeiro na região de Cerrado, e foi implantado em três etapas. Primeiro em Minas Gerais, depois em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, e por último em Tocantins e Maranhão, na década de 1990.

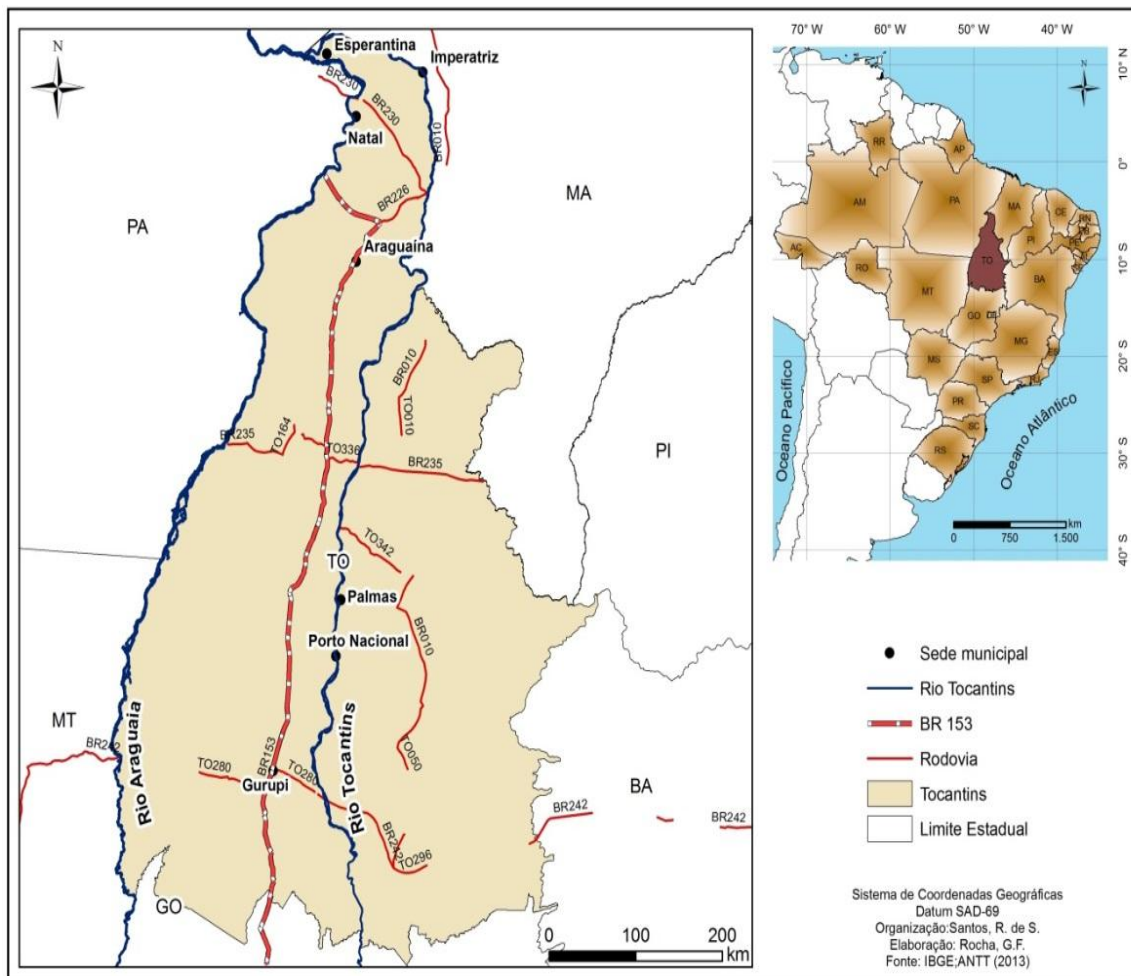
O projeto de integração nacional elaborado pelo governo do presidente Vargas, incluía a construção de uma rodovia que interligaria o Brasil do Meio-Norte ao Centro-Sul, a fim de escoar a produção de grãos e matéria-prima do interior do país. No governo de Juscelino Kubitschek foi construída a rodovia BR-153, conhecida como Belém-Brasília, a principal via de escoamento da produção e acesso ao estado do Tocantins. Souza (2002, p. 353) relata que: “através da política desenvolvimentista, a expansão rodoviária era vista como uma forma de integrar geográfica e economicamente as várias regiões do país”.

Com a instituição de políticas de investimento para o desenvolvimento regional do Brasil, o Centro-Sul e a Amazônia passaram por um povoamento e uma ampliação de suas economias. A política de “Marcha para o Oeste”, um projeto dirigido por Getúlio Vargas para a ocupação e o desenvolvimento econômico do interior do Brasil, concretizado por Juscelino Kubitschek possibilitou a construção de Brasília e a construção de inúmeras rodovias que integraram o interior aos grandes centros produtores do país, como a rodovia BR-153 que atravessa o território tocantinense de Norte a Sul.

Até meados da década de 1950, o Norte goiano vivia em relativo abandono em relação a outras regiões brasileiras. Os grandes “vazios demográficos” e a carência de meios e

vias de comunicação impediam o desenvolvimento econômico e social da região, que sofreu um grande impacto com a construção da rodovia BR-153. Foi a rodovia a responsável pela dinamização das comunicações, pelo surgimento de novos núcleos urbanos, e pelo crescimento de outros. (VINHAL, 2009)

Mapa 01: BR – 153 (Belém-Brasília) e o rio Tocantins.



As rodovias têm um papel muito importante no processo de urbanização na região amazônica. São canais de penetração para o povoamento e para o desenvolvimento regional. Desde que o transporte rodoviário passou a ser priorizado pelos governos, em detrimento do transporte fluvial e ferroviário, no início da República, em 1889, as rodovias brasileiras se tornaram o principal e mais importante meio de transporte de cargas e pessoas do país.

Com a construção da rodovia BR-153, houve uma aceleração do fenômeno de urbanização do Norte goiano (atual Tocantins). Até o fim da década de 1950 a maioria da população residia na zona rural ou em pequenas cidades às margens do rio Tocantins, como Babaçulândia, Filadélfia e Porto Nacional, de onde se escoavam a produção pela via fluvial.

A construção de rodovias no Brasil além de atender ao objetivo de integração nacional, esteve relacionada à lógica do capital estrangeiro e a implantação de indústrias automobilísticas no país, chegando a importar derivados do petróleo como a gasolina e o óleo diesel, nesse período. A falta de investimentos em outros setores de transporte como o ferroviário e o fluvial fez com que o Brasil se tornasse ainda mais dependente economicamente do capital estrangeiro; e provocou a decadência e o isolamento de importantes cidades que se beneficiavam de outros meios de transporte, que não o rodoviário.

É importante destacar que o Plano de Integração Nacional, outrora embasado no discurso do progresso e desenvolvimento do interior do Brasil, não se concretizou em sua totalidade. Muitas regiões da Amazônia continuam isoladas, e sofreram perdas insuperáveis em biodiversidade, devido às ocupações desordenadas, aos desmatamentos e às queimadas. A BR-153, a principal via de escoamento da produção agrícola do Cerrado tocantinense ampliou o acesso à região central do Brasil, mas não a integrou totalmente ao restante do Brasil, a exemplo da região do Jalapão, outrossim, deslocou os centros produtores que antes se localizavam às margens do rio Tocantins, para às margens da rodovia BR-153, trazendo ao isolamento às cidades ribeirinhas.

Assim, se a estratégia dos Governos Militares era permitir a exploração dos recursos naturais pelo capital estrangeiro, sem considerarem as perdas e os impactos negativos que o interior do Brasil, sofreria, pode-se dizer que obtiveram êxito, porém em relação ao desenvolvimento regional, este de fato não se concretizou totalmente.

2.2 Rodovia BR-153 e a Expansão Urbana de Araguaína

A construção da rodovia BR-014, como era chamada a rodovia Belém-Brasília, compunha um plano de metas iniciado no primeiro governo de Vargas, para a integração nacional, a partir do interior do Brasil, o que ele denominou de Marcha para o Oeste.

O Plano incluía a construção de inúmeras estradas, criando eixos de ligação entre elas, às ferrovias e às hidrovias, como meio de aceleração do desenvolvimento econômico nacional. Vargas tinha consciência da necessidade sobremaneira da extração de matéria-prima e do fornecimento de produtos industrializados a essas regiões.

A crítica a esse plano, mais tarde concretizado no governo de Kubitschek, foi a entrada excessiva de estrangeiros e a intensa exploração dos recursos naturais, a partir da penetração ao interior do Cerrado e da Amazônia.

É inegável que a região norte goiana, atual estado do Tocantins, que até a construção da rodovia vivia em quase total isolamento, teve avanços sociais e econômicos a partir do plano de integração nacional, principalmente rodoviário, pois a rodovia BR-153 corta todo território tocantinense de Norte a Sul. Como explica Souza, (2002, p. 368):

A importância dessa rodovia para Goiás pode ser medida pelo número de novas cidades criadas após sua construção. Emergiram daí centros como Araguaína, Colinas de Goiás, Guaraí, Miranorte, Paraíso do Norte, Gurupi, Alvorada, entre outras. A Belém-Brasília ainda se constitui na principal artéria do desenvolvimento de Goiás, por onde circula grande parte de sua riqueza. Até então, a maioria dessas cidades nortenses era lugarejos estagnados em função do isolamento em que se encontravam e sem grandes perspectivas de crescimento, uma vez que o governo do Estado não possuía condições financeiras para efetuar um investimento de tamanha envergadura.

Infelizmente, o plano inicial de integração regional a partir de rodovias, hidrovias e ferrovias, não foi posto em prática. O que houve foi uma clara substituição do transporte antes realizado pelas ferrovias e hidrovias, pelo transporte rodoviário, trazendo uma dependência muito grande do mercado estrangeiro, haja vista que a indústria automobilística, de peças e suplementos automotivos ainda não tinha se estabelecido no país.

Esse deslocamento da economia para os eixos rodoviários causou estagnação em muitas cidades do país, a exemplo do Tocantins, as cidades que margeiam o rio Tocantins e que serviam de rota para o comércio que se estendia até o Maranhão e o Pará, perderam populações que migraram para cidades às margens da rodovia BR-153.

Ao mesmo tempo em que a rodovia Belém-Brasília fez surgir novas cidades, ela também provocou a estagnação econômico-política dos municípios ribeirinhos, porque a navegação fluvial entrou em decadência como transporte mercantil, uma vez que pela rodovia se levava menos tempo para transportar as mercadorias. Algumas cidades perderam sua importância para certos núcleos urbanos, que se desenvolveram com muita rapidez. Dessa forma, a rodovia atraiu uma grande parte da população que vivia nesses núcleos ribeirinhos para as novas cidades às margens da estrada, em busca de melhores condições de vida. (SOUZA, 2002, p. 382)

Valverde e Dias (1967, p. 270) reforçam que não somente as cidades ribeirinhas perderam parte de sua população, mas as áreas rurais sofreram um verdadeiro êxodo rural.

Não apenas as cidades localizadas na margem direita do Tocantins e que não têm acesso direto à Belém-Brasília, foram atingidas pelo desaparecimento da navegação regular do Tocantins. As áreas rurais, de estruturas arcaicas, transformaram-se em regiões de êxodo; a população rural, sem terras, sem perspectivas de melhores dias, migra em direção às áreas servidas pela rodovia ou para a bacia do médio Araguaia.

Ao contrário das cidades ribeirinhas que entraram em um período de decadência no auge da construção das estradas de rodagem, aquelas que se localizavam as margens das rodovias sofreram um grande impulso econômico, como ocorreu com a cidade de Araguaína. Localizada entre os corredores dos rios Araguaia e Tocantins, seu povoamento teve início em meados de 1876, às margens do rio Lontra, sendo emancipada em novembro de 1958.

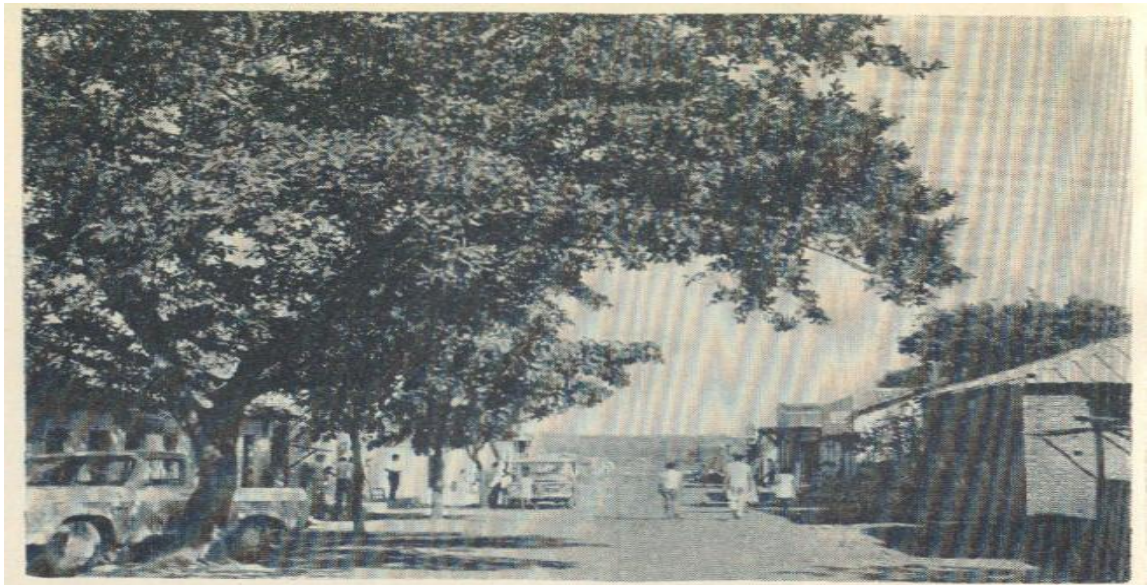
A Belém-Brasília se constituiu no novo eixo de desenvolvimento econômico e populacional da região do Tocantins, se transformando em uma área de atração e deslocando economia e urbanização do vale do Tocantins para o divisor de água de sua margem esquerda. (...) (LIRA, 2011, p. 152)

Antes de sua emancipação, o município foi conhecido como “Livra-nos Deus” e Lontra até receber o nome de Araguaína, e pertenceu a outros municípios como São Vicente do Araguaia (Araguatins), Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis) e Filadélfia, como afirma Gaspar (2002).

Até a construção da rodovia BR-153, na década de 1960, a cidadanão passava de um lugarejo com poucas casas, ruas sem calçamento e um comércio incipiente, cujos limites não ultrapassavam os córregos Neblina, Lava-Pés e Canindé. Após cinco anos da abertura da rodovia, devido ao impulso de ciclos migratórios vindos de diferentes regiões do país e a permanência de alguns dos trabalhadores empregados na abertura da estrada, Valverde e Dias (1967, p. 205) descrevem: “Na rua principal, perpendicular à BR-14, há casas em construção e um comércio desordenado, rústico, embora com certas lojas especializadas: casas de fazendas, barbeiro, relojero, até instituto de beleza”.

Nesse período, a economia de Araguaína se baseava na produção de babaçu, algodão, amendoim e arroz; e a atividade industrial era desenvolvida por uma fábrica de óleo de babaçu. A energia que abastecia a cidade era toda produzida por uma barragem construída no rio Lontra, como aponta Valverde e Dias (1967, p. 207). Como se pode observar na Fotografia 01.

Fotografia 01: Centro de Araguaína (década de 60)



Fonte: VALVERDE e DIAS – 1967

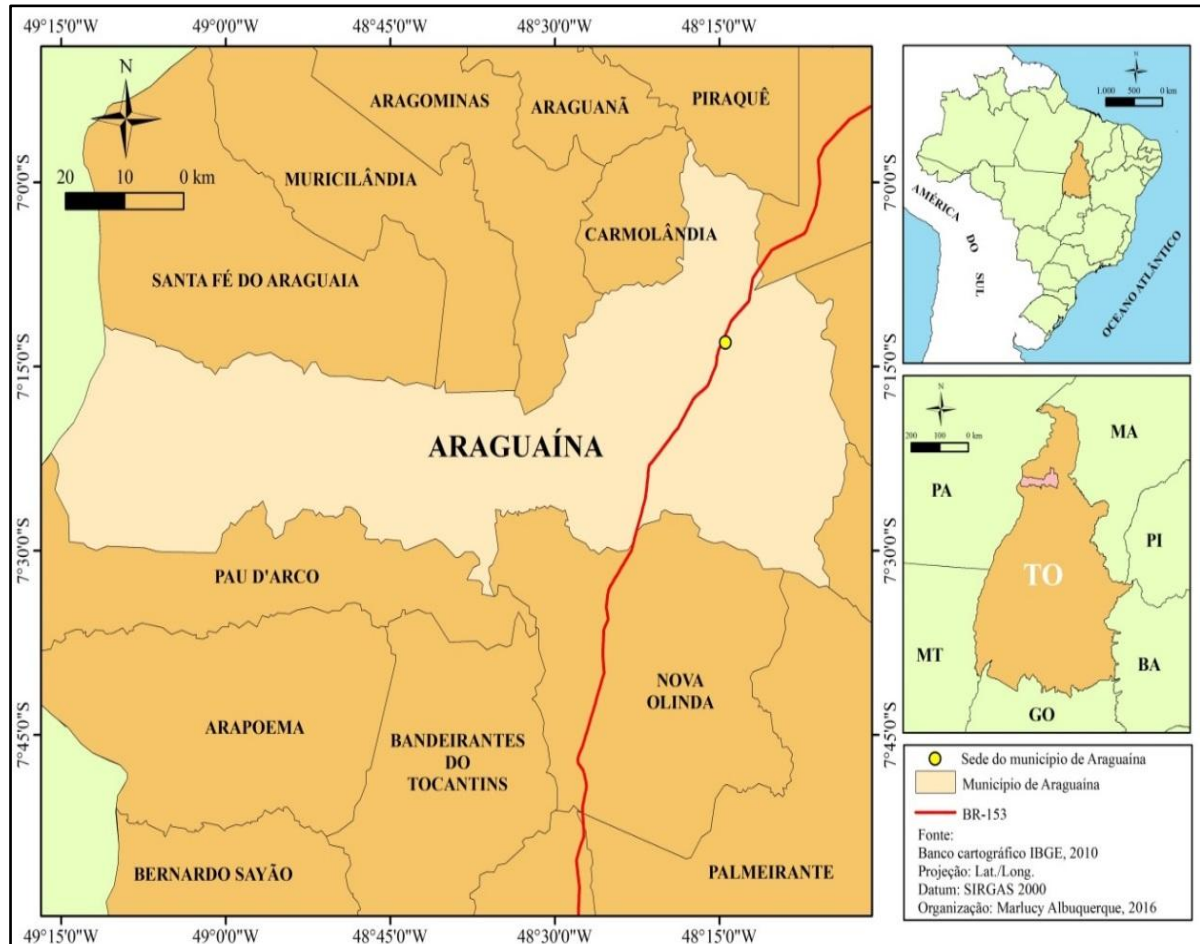
Com a expansão do núcleo urbano de Araguaína uma parte da população que vivia na zona rural migrou para a zona urbana, em busca de outras atividades laborais, deixando o trabalho no campo, para se dedicarem às atividades comerciais, aumentando o índice de população urbana, assim como em Gurupi, Paraíso do Tocantins e Colinas, que emergiram com a construção da rodovia.

(...) verificam-se impulsos bastante significativos nas décadas de abertura e pavimentação asfáltica da rodovia. A estrada teve sua construção iniciada no final dos anos 50, inaugurada em 1960 e a pavimentação concluída na metade da década de 1970. Através dos Censos de 1950 e de 1980, percebe-se que a população quase triplicou nas três décadas (...) No mesmo período verifica-se também significativo incremento da população urbana. (AQUINO, 2002, p. 337)

Entre as décadas de 1980 e 1990 a população do antigo Norte goiano (Tocantins) teve um crescimento normal, como aponta Aquino (2002, p. 335). No início dos anos 90, com a recém-criação do estado do Tocantins, Araguaína assume a primeira posição com maior

população e desenvolvimento econômico do estado, impulsionada pela atividade agrícola e pecuária. O Mapa 02 ilustra a dimensão territorial e localização do município.

Mapa 02: Localização de Araguaína



Ao longo da rodovia BR-153 muitos estabelecimentos comerciais foram instalados às suas margens, no intento de oferecer produtos e serviços às pessoas que trafegam por ela. Muitas cidades surgiram, inclusive, a partir desse comércio, que inicialmente, no período de construção e pavimentação, era vital a quem trafegava pela rodovia.

A razão do predomínio do traçado linear é a exclusiva função comercial dos núcleos. “Ora, para o comércio o fator transportes é vital, pois aquele depende sobretudo das trocas. Iam assim surgindo as lojas ao longo da estrada, gerando um *Strassendorf*. Em Nova Colina, por exemplo, que é um dos principais centros urbanos, no trajeto ARAGUAÍNA-Miranorte, anotaram-se como atividade econômicas: beneficiamento de arroz, oficina mecânica, farmácia, restaurante, dentista, bares e posto de gasolina. (...) (VALVERDE e DIAS, 1967, p. 248)

No perímetro urbano de Araguaína existem inúmeros estabelecimentos comerciais. Eles se localizam nas margens direita e esquerda da rodovia, conhecida como

Avenida Bernardo Sayão. São hotéis, postos de combustível, autopeças, concessionárias, borracharias e restaurantes, que são destinados a atender tanto à população local, e cidades circunvizinhas, quanto aos transeuntes que por ela trafegam. As autopeças lideram o número de estabelecimentos situados às margens da rodovia BR-153. Isso se deve a crescente procura por peças e serviços de mecânica para veículos de passeio e caminhões.

Assim como em outros municípios que se localizam às margens da rodovia, Araguaína se apropriou da rodovia em seu traçado urbano, o que pode ser constatado com a existência de inúmeros bairros em ambos os lados da Belém-Brasília, e por essa razão o comércio existente na Avenida Bernardo Sayão é tão significativo à população araguainense, tanto quanto outros espaços destinados a ele, em outras áreas do seu centro urbano.

O espaço urbano da rodovia reflete as contradições sociais do modo de produção capitalista, como o processo de segregação social, objeto dessa pesquisa, baseado na territorialidade da prostituição às margens da rodovia BR-153. A área delimitada para o desenvolvimento desse estudo compreende as margens direita e esquerda da BR-153, na Avenida Bernardo Sayão, em um trecho compreendido entre as avenidas Cônego João Lima e Santos Dumont; e as proximidades do Distrito Agroindustrial de Araguaína (DAIARA).

Fazendo uma análise do processo de expansão urbana de Araguaína, é possível inferir a ele, uma íntima relação com a construção da rodovia BR-153, pois foi a partir desse canal de penetração ao Cerrado e à Amazônia que os ciclos migratórios foram intensificados, ampliando a circulação de pessoas e mercadorias, e, portanto, a dinâmica comercial da região norte goiana (atual Tocantins). Desde a sua construção, a BR-153 exerce um papel atrativo para essa região.

Por essa condição atrativa que a rodovia BR-153 exerce em relação ao centro urbano de Araguaína, é que muitos estabelecimentos comerciais foram e são instalados às suas margens; e pela mesma razão se estabeleceram territórios da prostituição nesses espaços. Ambos com intuito de absorver ao máximo os ganhos desse intenso fluxo da rodovia.

2.3 Espaço Urbano de Araguaína e os Territórios da Prostituição

A prostituição é uma das mais antigas atividades desenvolvidas na história da humanidade. Passou por algumas transformações, mas ainda é encarada com muita discriminação e preconceito pela maioria das pessoas e até mesmo pelos próprios sujeitos sociais envolvidos nessa atividade: homens, mulheres e travestis.

Segundo Richards (1993) as razões que levavam as mulheres à atividade de prostituição no período medieval é o mesmo que perdura atualmente: pobreza e violência. Fatores que podem também ser atribuídos a homens, e principalmente a travestis envolvidos nessa atividade.

No Período Medieval, o Estado e a Igreja Católica procuraram regulamentar a atividade de prostituição feminina, por ser encarada como um “mal necessário”. Com o objetivo de evitar que as “mulheres de bem” fossem desonradas, e desestimular os crimes de estupro, bem como o homossexualismo, as prostitutas eram mantidas fora dos muros das cidades, ou em áreas específicas destinadas a comercialização do sexo, como aponta Richards (1993).

Richards (1993) explica que no período da Idade Média havia uma grande preocupação em diferenciar as prostitutas das demais mulheres, mantendo-as às margens da sociedade, como faziam com os leprosos. As profissionais do sexo precisavam usar adereços como cordas, lenços, braçadeiras, túnicas, capas, capuz e luvas, para serem diferenciadas da “população decente”. Além de serem segregadas, as prostitutas tinham seus direitos limitados, não podendo acusar outra pessoa de crime, herdar propriedades ou serem vítimas de estupro.

A pobreza e a violência são os principais fatores que motivam homens e mulheres, muitas vezes, ainda na infância ou na adolescência, a ingressarem no universo da prostituição, o que revela a grande desigualdade social existente no Brasil.

A palavra prostituição vem do latim *prostituere* que significa expor publicamente; por a venda; entregar-se a devassidão.³ Significados utilizados pela sociedade até a atualidade para denominar a atividade de comercialização sexual de homens, mulheres e travestis. Segundo Silva *et al* (2015), a prostituição pode ser definida como um conjunto de pessoas ou instituições que promovem ou realizam relações sexuais com o objetivo de satisfação fisiológica, psíquica ou mesmo econômica, na qual estão excluídos sentimentos como o amor.

Para o referido autor, a prostituição é uma atividade vista por parte da sociedade como algo degradante, que fere a moral e os bons costumes, sendo um serviço que provoca um alto grau de preconceito e reprovação. O ato de se prostituir exerce uma dinâmica no espaço e no tempo, movimentando uma série de atores que, de forma direta ou indireta, se envolvem nesta circulação tão presente no cotidiano urbano, como é o caso de (moto)taxistas e ambulantes, vistos com frequência nos pontos de prostituição como por exemplo às margens da rodovia BR-153 no espaço urbano de Araguaína.

³<www.hottopos.com/seminario/sem2cris.1.htm>

Ao longo do tempo, a atividade de prostituição foi tomando variadas formas. Entre as mais comuns estão os programas desenvolvidos em casas noturnas e pontos estratégicos das cidades, como por exemplo, centros comerciais ou às margens de rodovias.

Atualmente, ela ocorre em vários bairros da cidade, podendo ser encontrada em ambientes fechados como bares, boates, dancings, saunas, cinemas e outras opções de lazer; como também, em ambientes abertos como os locais de passagens, as praças, esquinas, ruas, terminais de ônibus, ferrovias e/ou portos, constituindo verdadeiros territórios, nos diferentes espaços públicos não só da metrópole carioca, como também nas demais cidades mundiais. (MATOS e RIBEIRO, 1995, p. 61)

A prostituição em si não configura crime, pelo Código Penal Brasileiro, mas a exploração sexual de outrem, bem como o tráfico de homens, mulheres e travestis, sim. A presença dessas atividades criminosas em meio à atividade de prostituição faz com que ela possua bem mais que um caráter marginal, um caráter ilegal.

(...) é quase impossível se praticar a prostituição sem ferir algum dos princípios instituídos. Estes limites espaciais estabelecidos negam da mesma forma a sexualidade de locais públicos, impondo restrições espaciais sobre grupos com sexualidades dissidentes, como no caso dos travestis. (ORNAT, 2014, p. 14)

As rodovias brasileiras são utilizadas como pontos de prostituição há muito tempo. Isso se deve ao caráter atrativo que possuem pelo intenso tráfego de pessoas, em especial caminhoneiros. Os pontos escolhidos são geralmente postos de combustíveis ou espaços urbanos que margeiam as rodovias.

A rodovia BR-153 assim como as demais rodovias brasileiras possui essa atratividade, e por essa razão é muito comum encontrar mulheres, travestis e até crianças e adolescentes se prostituindo às suas margens, ainda que, no caso de menores, essa atividade seja ilegal.

No espaço urbano de Araguaína as mulheres e os travestis que se prostituem às margens da rodovia BR-153 constroem dois territórios distintos e bastante disputados. Os travestis ocupam uma área às margens da rodovia, na Avenida Bernardo Sayão, entre as ruas Santos Dumont e Cônego João Lima. As mulheres ocupam o pátio de um posto de combustível, chamado Toca da Onça, localizado em frente ao DAIARA (Distrito Agroindustrial de Araguaína) também às margens da rodovia. Os sujeitos sociais envolvidos na atividade de prostituição, mulheres e travestis, constroem esses territórios nesses espaços, pela possibilidade de realizar um número maior de programas, que não conseguiriam em outros espaços, cujo fluxo de pessoas fosse reduzido.

Existem em Araguaína, outros pontos tradicionais de prostituição, como a Feirinha, uma área que possui bancas fixas para a comercialização de alguns produtos oriundos do campo (farinha, verduras, carnes e etc.), e também algumas vielas compostas por pequenas edificações onde funcionam bares, abertos diuturnamente. À noite esse espaço é tomado, quase que em sua totalidade, por prostitutas e usuários de drogas. Além da Feirinha existem casas de prostituição, sob o disfarce de bares e boates de *strip-tease*, distribuídas em inúmeros bairros e chácaras nas imediações da cidade. Elas são as mais tradicionais entre as “modalidades” da atividade de prostituição.

A construção da BR-153 contribuiu de maneira singular para o crescimento e expansão da cidade de Araguaína. A abertura do centro do país a outras regiões brasileiras atraiu muitos imigrantes em busca de terras. A própria obra de construção promoveu a fixação de muitos trabalhadores na cidade, como é o caso de um dos empreiteiros, o senhor George Yunes, conhecido como Gaúcho.

A partir dessa expansão a BR-153 passou a compor o seu traçado urbano da cidade, e muitos estabelecimentos comerciais foram instalados às suas margens com o objetivo de atender ao fluxo crescente de pessoas que transitam pela rodovia.

Assim, como os estabelecimentos comerciais foram instalados às margens da rodovia BR-153, os territórios da prostituição feminina e travesti também se estabeleceram, ocasionando uma nítida alternância no uso do espaço, e a construção e (des)construção de territórios em uma curta escala de tempo, quais sejam: dia e noite.

Não é possível inferir uma data aproximada para o surgimento e ocupação desses espaços pelos sujeitos sociais envolvidos na atividade de prostituição. Os grupos que ocupam as margens da rodovia BR153, o fazem há menos de uma década, porém, segundo relatos de moradores, sua existência é tão antiga quanto à construção da rodovia.

A população de Araguaína bem como o poder público reconhece a existência de territórios da prostituição às margens da rodovia BR-153, e consideram o desenvolvimento dessa atividade como uma prática comum e tradicional.

3- CAPÍTULO- A MARGINAL BERNARDO SAYÃO (BR-153) E A PROSTITUIÇÃO EM ARAGUAÍNA

3.1 Territorialidades da Prostituição às margens da rodovia BR-153 em Araguaína

Para Souza (1995) o termo “*Territorialidade*” está relacionado a tudo o que constitui um território para que ele se estabeleça como tal; ou os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios, diferenciando esse termo no singular e no plural.

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que se disse há pouco, *relações de poder espacialmente delimitadas eoperando sobre um substrato referencial*. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc. (SOUZA, 1995, p. 99)

O termo Territorialidade é sinônimo de Território e não se distinguem um do outro. Para Souza (1995) este termo poderia ser encarado como qualquer outro substantivo como brasilidade, sexualidade, entre outros, sem com isso afastar-se do termo território e do seu significado *espaço delimitado por e a partir de relações de poder*, como defende o autor.

Ao extrapolar o conceito tradicional defendido pela Geografia Política, e a partir das ideias de Souza (1995) sobre o território como um *campo de forças*, é possível afirmar que ele pode ser construído e (des)construído em uma escala temporal muito rápida, demonstrando o seu caráter móvel, cíclico, e instável.

As territorialidades da prostituição são um claro exemplo dessas características atribuídas ao território. Em algumas cidades os espaços eleitos para o desenvolvimento dessa atividade se encontram geralmente em centros comerciais ou áreas de obsolescência. Nestes ambientes, há uma nítida alternância no uso dos espaços que durante o dia são ocupados por funcionários e clientes dos estabelecimentos comerciais ali instalados; e à noite quando o comércio é fechado, os mesmos espaços dão lugar a outros sujeitos sociais: homens, mulheres e travestis envolvidos na atividade de prostituição e seus clientes, como explica Souza (1995, p. 88)

(...) Durante o dia as ruas são tomadas por outro tipo de paisagem humana, típico do movimento diurno das áreas de obsolescência: pessoas trabalhando ou fazendo compras em estabelecimentos comerciais, escritórios de baixo *status* e pequenas oficinas, além de moradores das imediações. Quando a noite chega, porém, as lojas, com exceção dos bares e *nightsclubs*, estão fechadas, e os transeuntes diurnos como trabalhadores “normais”, pessoas fazendo compras e os residentes do tipo que a moral dominante costuma identificar como “decentes” cedem lugar a outra categoria

de frequentadores, como prostitutas (ou travestis, ou ainda rapazes de programa) fazendo *trottoir* nas calçadas e entretendo seus clientes em hotéis de alta rotatividade. (...)

Os autores Matos e Ribeiro (1995) sobre a realidade da cidade do Rio de Janeiro explicam que as áreas escolhidas para a constituição dos territórios da prostituição são o núcleo central e a periferia imediata, bem como as áreas de passagem: estações rodoviária, ferroviária e etc.

Há uma superposição de territórios entre os espaços públicos, naqueles locais onde se situam grandes aglomerações de pessoas. As áreas de passagem, as estações rodoviárias, ferroviárias ou portuárias, os bares e restaurantes, apresentam grande movimento de indivíduos, sendo assim, um chamariz para a prostituição. (MATOS E RIBEIRO, 1995, p. 64)

As territorialidades da prostituição são móveis, cíclicas e instáveis. A mobilidade está no caráter temporal em que se dão, pois a identidade territorial é mais funcional que afetiva, como explica Souza (1995). No caso dos territórios instalados nos centros comerciais de algumas cidades, eles podem deixar de existir a partir de algum fator externo desfavorável, como ausência de clientes ou pressão policial. “Os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças. (...)” (SOUZA, 1995, p. 88)

O caráter cíclico pode ser observado a partir da alternância no uso do espaço, como foi mencionado anteriormente. Um mesmo espaço possui um tipo de uso durante o dia: funcionários e clientes trabalhando e comprando em estabelecimentos comerciais; e outro à noite: sujeitos sociais (homens, mulheres e travestis) e seus clientes envolvidos na atividade de prostituição.

As territorialidades da prostituição são construídos e (des)construídos em uma escala temporal muito curta, porém perceptível, devido às suas características e a mudança visível que ocorre na paisagem, que revela uma série de contradições socioespaciais.

Além dos centros comerciais e das áreas de obsolescência, existem outros espaços públicos atrativos para a atividade de prostituição: as rodovias. Geralmente, nas cidades localizadas às margens de rodovias, que possuem maior fluxo de veículos, em especial, caminhoneiros, são instalados pontos de prostituição.

A instalação de territórios de prostituição às margens de rodovias se deve ao intenso tráfego de veículos, o que aumenta potencialmente o número de clientes; o fato de geralmente, serem áreas que não contam com vizinhança; e a existência de estabelecimentos

comerciais, como postos de combustível, que servem como ponto de apoio aos sujeitos sociais envolvidos na atividade de prostituição.

No centro urbano de Araguaína existem dois territórios de prostituição, às margens da rodovia BR-153. Um ocupado por mulheres e outro por travestis. A Territorialidade da Prostituição às margens da rodovia BR-153 é um retrato da disputa territorial existente entre mulheres e travestis envolvidos na atividade de prostituição. Sujeitos sociais que travam intensas e violentas disputas pela posse dos espaços às margens da rodovia.

(...) Nesse sentido, cada grupo de prostituição segrega seu próprio território, defendendo-o, algumas vezes, da ameaça de invasão de outros tipos de “mercadores do sexo” e de outros atores sociais, criando verdadeiros “territórios do medo”. Nessas áreas a dimensão espacial e o controle territorial são peças-chaves para se obter poder (...) (MATOS e RIBEIRO, 1995, p. 63)

Cada grupo de sujeitos sociais envolvidos na atividade de prostituição às margens da rodovia segregam para si, seus espaços defendendo-os de outros indivíduos que desejem ocupá-los. O estabelecimento e a manutenção deles só são possíveis porque as mulheres e os travestis estabelecem uma relação social de comunicação, sendo assim reconhecidos como territórios de prostituição, por seus clientes e por outros sujeitos, ainda que em apenas um período de tempo, nesse caso, à noite.

Os limites invisíveis estabelecidos nos espaços às margens da rodovia BR-153 retratam a posse do espaço e sua legitimidade pelos sujeitos envolvidos na atividade de prostituição, mulheres e travestis, que formalizam o território da prostituição por certo espaço de tempo.

No caso das territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR-153, a escolha dos espaços se deve a atratividade que a própria rodovia exerce em relação ao centro urbano de Araguaína. O intenso tráfego de veículos de passeio, e principalmente de caminhões aumenta a dinâmica comercial da cidade.

É importante salientar que a atividade de prostituição desenvolvida às margens da rodovia BR-153 não atende apenas quem trafega pela rodovia, especialmente caminhoneiros, mas também clientes que residem na cidade.

O processo de segregação existente entre os sujeitos envolvidos na atividade de prostituição às margens da rodovia é resultado da manifestação de poder e do caráter particular que distingue um grupo do outro.

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo

territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159)

Raffestin (1993) conceitua as territorialidades como um fenômeno de comportamento que associado à organização dos espaços em territórios claramente distintos são considerados exclusivos pelos sujeitos que as compõem. Cada grupo tem suas próprias características. São códigos de fala, gestos e passos que garantem e legitimam determinadas áreas como territórios bem como o uso da violência para defender a posse e a manutenção desses territórios, como explicam Matos e Ribeiro (1995 p. 65)

As territorialidades da prostituição em Araguaína, na rodovia BR-153, refletem a realidade exposta por Souza (1995) e Matos e Ribeiro (1995) quando falam sobre os territórios da prostituição no centro e na periferia imediata da cidade do Rio de Janeiro, pois existe a mesma alternância no uso dos espaços, que durante o dia são ocupados por estabelecimentos comerciais (lojas de autopeças, borracharias, concessionárias, postos de combustíveis, hotéis, motel, restaurantes, etc.); e à noite, quando o comércio é fechado, a exceção dos hotéis, do motel e dos postos de combustíveis, os mesmos espaços dão lugar a um grupo discriminado pela sociedade: mulheres e travestis envolvidos na atividade de prostituição, e seus clientes.

Essa alternância no uso do espaço confirma a ideia de que os territórios podem ser cíclicos, construídos e (des)construídos em escalas de tempo muito curtas. Nesse caso, durante o dia e à noite.

Outra característica comum entre os territórios da prostituição instituídos nos centros de grandes cidades e àqueles construídos às margens da rodovia Belém-Brasília, em Araguaína, é o seu caráter móvel ou flutuante. Como podemos observar nas Figuras 01 e 02.

Em 2007 quando esses territórios foram estudados, as mulheres e os travestis já não ocupavam os mesmos espaços e já existia uma disputa espacial entre eles, e consequentemente a construção e (des)construção de dois territórios diariamente.

FIGURA 01: Áreas ocupadas pelos sujeitos envolvidos na atividade de prostituição (mulheres e travestis), durante a noite em 2007.



Fonte: organizado pela autora. Palmeira (2014)

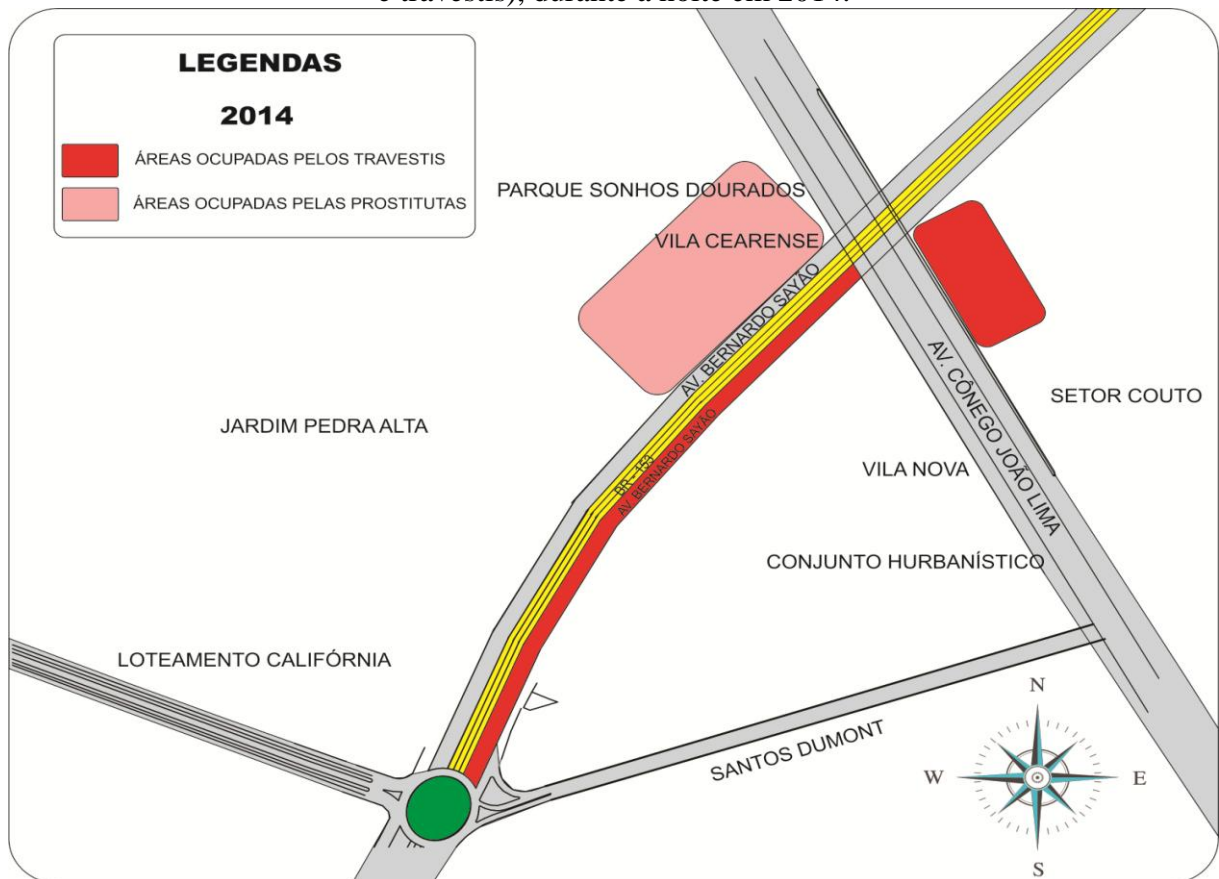
As mulheres constituíam um território na Avenida Bernardo Sayão, como é conhecida a avenida que margeia a rodovia nos dois sentidos, na margem direita da BR-153, no sentido Sul-Norte, na esquina da Avenida Cônego João Lima. Era um grupo de 03 (três) mulheres de acordo com Albuquerque e Vasconcelos Filho (2008, p. 69).

Os travestis ocupavam uma porção espacial bem maior, que se estendia da Avenida Santos Dumont até a Avenida Cônego João Lima, na mesma margem da rodovia, na Avenida Bernardo Sayão, ocupada pelas mulheres, no espaço em que havia o maior número de estabelecimentos comerciais. Em 2006, os travestis relataram ter aberto esse ponto cinco anos antes, como relatam Albuquerque e Vasconcelos Filho (2008, p. 69).

Em 2014 foi observada uma mudança na ocupação dos territórios da prostituição feminina e travesti às margens da rodovia. O espaço antes ocupado pelas mulheres passou a

ser ocupado pelos travestis, ampliando ainda mais o território que já possuíam. E as mulheres passaram a ocupar a margem esquerda da rodovia, na Avenida Bernardo Sayão, no sentido Sul-Norte, nas proximidades da Avenida Cônego João Lima, que atravessa a rodovia no sentido Leste-Oeste.

FIGURA 02: Áreas ocupadas pelos sujeitos envolvidos na atividade de prostituição (mulheres e travestis), durante a noite em 2014.



Fonte: organizado pela autora. Palmeira (2014)

Os territórios frutos dessa análise não são recentes. Embora sua construção e (des)construção seja diária, a “legitimação” do uso dos espaços pelos sujeitos que os ocupam, às margens da rodovia para o desenvolvimento da prostituição, perpassa uma década.

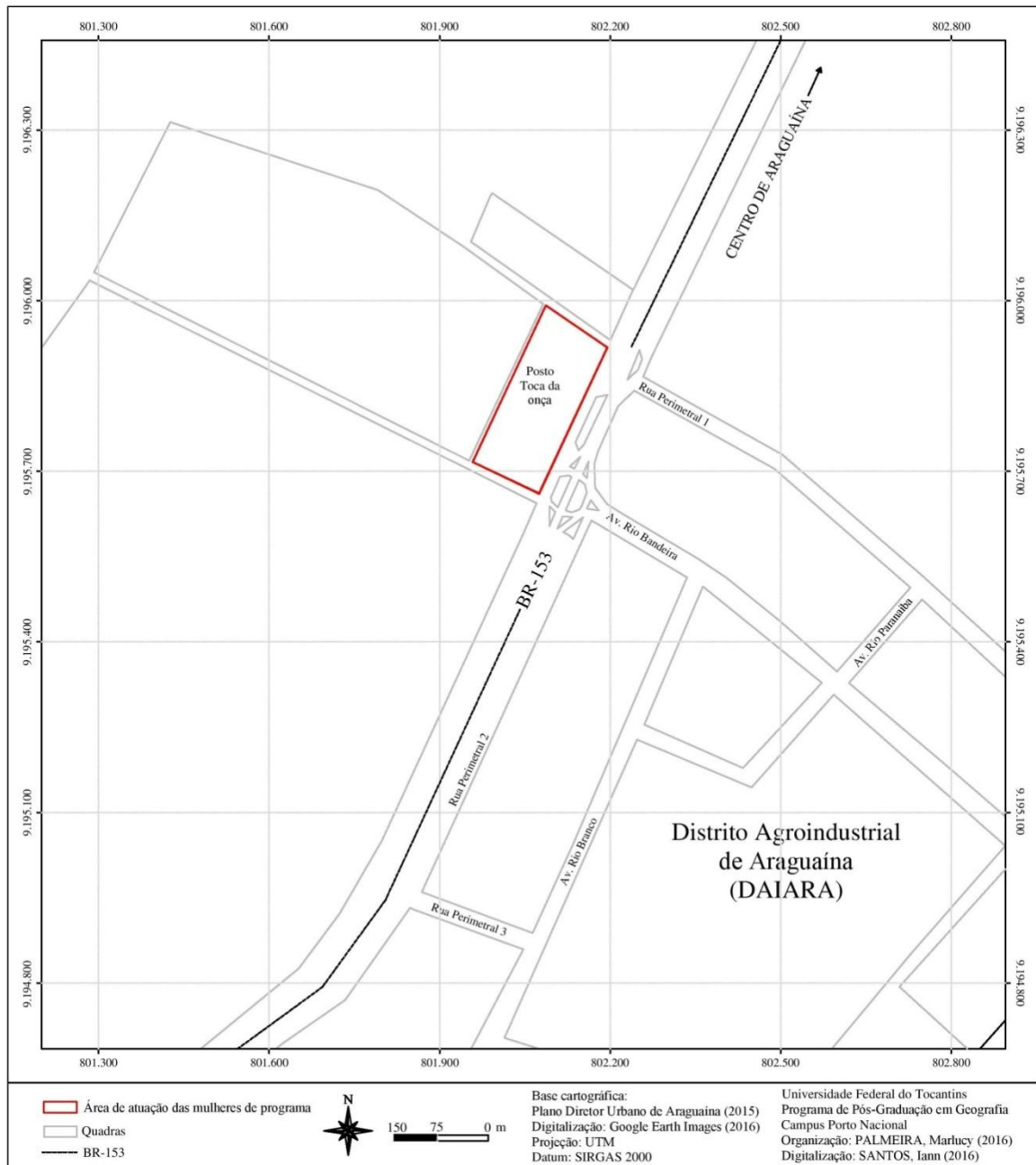
Apesardesses grupos ocuparem esses espaços há muito tempo, não é possível, atribuir uma data exata para o início da instalação desses territórios, e nem mesmo apontar qual deles iniciou a atividade de prostituição nesses espaços, primeiro. Essa imprecisão se deve a constituição desses grupos. As mulheres e os travestis que hoje compõem esses territórios não são os mesmos que os constituíam no passado, pois há uma intensa rotatividade nesses grupos, haja vista, a relação mais funcional que afetiva que os sujeitos possuem com esses territórios, segundo o que já foi afirmado por Souza (1995).

Os territórios da prostituição em Araguaína possuem outra característica semelhante à de outros territórios, a de ser instável. Esses territórios podem ser construídos e (des)construídos em curtas escalas de tempo, mas principalmente podem deixar de existir, ampliarem-se ou reduzirem-se, basta haver algum fator externo favorável ou desfavorável.

O território ocupado pelas mulheres à margem esquerda da rodovia BR-153, na Avenida Bernardo Sayão, nas proximidades da Avenida Cônego João Lima deixou de ser construído, e um novo território foi construído em frente ao DAIARA (Distrito Agroindustrial de Araguaína).

Esse deslocamento se deve a desativação de um posto de combustível onde os caminhoneiros faziam parada para o descanso noturno. Com a diminuição do número de clientes, algumas mulheres se deslocaram para outro posto, chamado Toca da Onça, onde os motoristas passaram a permanecer durante a noite. A Figura 03 ilustra a localização do território da prostituição construído pelas mulheres em 2015.

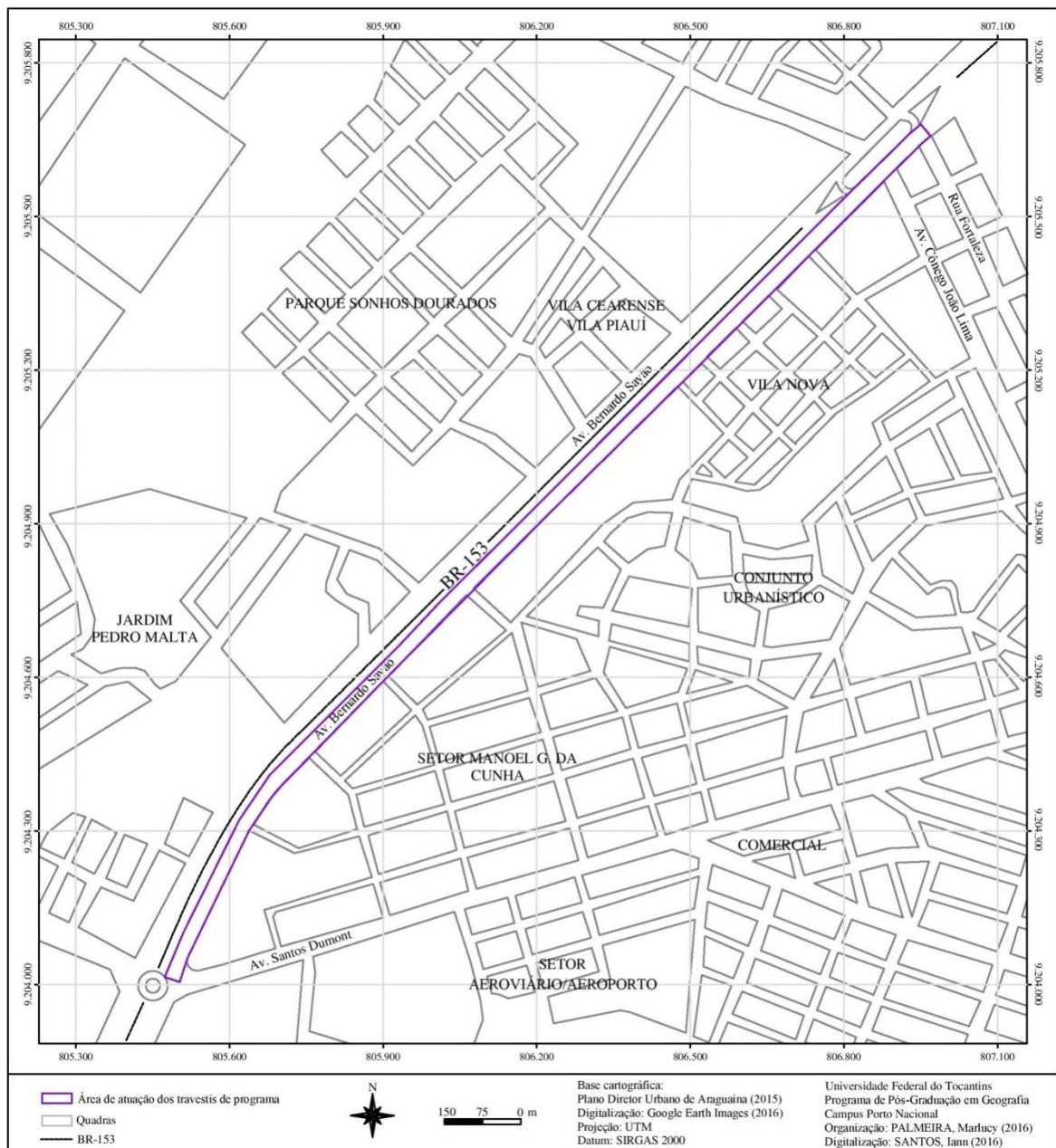
FIGURA 03: Áreas ocupadas pelas mulheres envolvidas na atividade de prostituição durante a noite em 2015



Não é possível inferir em que momento as mulheres passaram a ocupar esse espaço para o desenvolvimento da atividade de prostituição, pela mesma razão citada anteriormente: alta rotatividade das pessoas que compõem esse território; porém é preciso destacar o fim do antigo território ocupado por elas em 2014, o que não significa que não possa ser (re)construído a qualquer tempo.

Os travestis têm permanecido praticamente no mesmo espaço desde 2006, embora aos poucos, com a saída das mulheres, estejam ampliando sua área de atuação, como é possível observar na Figura 04.

FIGURA 04: Áreas ocupadas pelos travestis envolvidos na atividade de prostituição durante a noite em 2015



A permanência dos travestis nesses espaços se deve à sua clientela, pois segundo eles, o maior número de clientes é proveniente de pessoas que residem em Araguaína, ao contrário das mulheres, que atendem em sua maioria os caminhoneiros.

3.2 Sujeitos Sociais envolvidos na atividade de Prostituição

Como em outros centros urbanos, Araguaína foi bastante impactada pela construção da rodovia BR-153, conhecida como Belém-Brasília. O seu traçado ligando o país de Norte a Sul, possibilitou a integração do Cerrado e da Amazônia aos grandes centros produtores do Brasil.

Com a construção da rodovia, o centro urbano de Araguaína evoluiu muito economicamente, deixando para trás o isolamento. O intenso tráfego de veículos e pessoas pela rodovia interfere positivamente no setor terciário, ampliando a sua dinâmica. É evidente que essa situação também traz consigo alguns problemas de ordem social e ambiental. No entanto, isto é um tema para outra pesquisa.

As mulheres e os travestis em busca de melhorar seus ganhos a partir dessa dinâmica comercial instalam territórios da prostituição às margens da rodovia BR-153 onde o fluxo de pessoas é intenso, principalmente de caminhoneiros, que fazem parada nos estabelecimentos comerciais instalados às margens da rodovia, situação esta que facilita a abordagem aos clientes e até mesmo a realização dos programas, que ocorrem com frequência dentro dos próprios caminhões.

Os sujeitos sociais que compõem esses territórios não dividem o mesmo espaço para evitar conflitos, pois a disputa por essas áreas ocorre de forma bastante hostil e até violenta. Essa divisão territorial se deve principalmente a um fator cultural, pois segundo relatos dos próprios travestis, os clientes tem muita resistência em contrair um programa com um travesti, em detrimento de uma mulher, havendo certo constrangimento gerado pelo machismo. Nesse caso, as mulheres exercem uma concorrência desleal em relação aos travestis, como afirmam Albuquerque e Vasconcelos Filho (2008, p. 69).

3.2.1 Territorialidade dos Travestis

Os travestis têm se mantido no mesmo espaço, desde 2001, como apontam Albuquerque e Vasconcelos Filho (2008). Desde esse período o território ocupado pelos travestis se localiza a margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, na Avenida Bernardo Sayão, entre as Avenidas Santos Dumont e Cônego João Lima. O número de travestis que desenvolve a atividade de prostituição às margens da rodovia varia entre 05 (cinco) e 10 (dez).

Entre os travestis existe uma alta rotatividade. Eles se deslocam com muita frequência entre uma cidade e outra, devido à diminuição dos ganhos, pela redução no número de clientes. Outro fator é a busca por oportunidades para a modificação em seus corpos através de intervenções cirúrgicas (cirurgia plástica), em centros urbanos mais desenvolvidos.

Na territorialidade dos travesti é onde se dão os maiores conflitos e também o maior número de ocorrências envolvendo violência. Embora haja uma grande rotatividade, os travestis não permitem que outros sujeitos se prostituam em suas áreas, e mesmo entre o grupo existem desavenças ocasionadas pela disputa por clientes.

A violência está muito presente no território travesti, seja entre os membros do grupo, ou por parte de clientes ou outros sujeitos alheios a esse território. Há informações da Polícia Militar de que pelo menos dois travestis foram assassinados nos últimos cinco anos às margens da rodovia.

Nos territórios da prostituição geralmente estão presentes duas atividades criminosas que aumentam o risco de violência nesses espaços: cafetinagem e tráfico de drogas. Alguns travestis em busca de aumentar seus ganhos cobram um percentual sobre o valor dos programas realizados por outros travestis recém-chegados ao grupo, atitude que gera desentendimentos e até mesmo agressões físicas entre os envolvidos.

O tráfico de drogas é uma atividade criminosa que tem se expandido muito na cidade de Araguaína. Pelo fato dos territórios da prostituição se localizarem em espaços isolados durante a noite, pois o comércio está fechado, e também pelo intenso fluxo de motoristas pela rodovia, os traficantes aproveitam-se para instalar pontos de vendas de drogas dentro dos territórios da prostituição, principalmente dos travesti. O convívio entre os travestis e os traficantes é muito intenso e perigoso, pois os primeiros são alvos de muitas ameaças e violência.

A territorialidade da prostituição travesti é construída diariamente por volta das 19 horas e (des)construída em torno das 3 horas do dia seguinte, demonstrando o caráter cíclico desse território. Os dias e horários variam de acordo com os dias da semana, e a presença de um maior ou menor número de travestis.

A territorialidade da prostituição travesti pode ser considerada como um território contínuo, à luz do pensamento de Souza (1995), pois não compõem nenhum tipo de rede regional, nacional ou internacional de prostituição.

Apesar de não ser um ponto ou nó de um território-rede, situação muito comum em várias regiões do Brasil, os territórios da prostituição às margens da rodovia BR-153 em

Araguaína compõem um tipo de rede, a que poderíamos chamar de Rede de Contato e Influência. Essa rede é aquela estabelecida entre os sujeitos sociais a partir do conhecimento e do contato que estabelecem entre si, que possibilitam a eles, se prostituírem em outras cidades e comporem outros territórios sem com isso serem estranhos aos novos grupos.

Essa situação pode ser ilustrada através da experiência de dois travestis que compõem o mesmo grupo, e que um deles decide mudar-se para outra localidade onde passa a desenvolver a atividade de prostituição, e convida seu antigo colega para passar um período de tempo nesse novo espaço. Por conhecer um dos travestis que pertence a esse grupo, o outro não será considerado estranho, situação que “legitima” sua permanência no novo território, sem ter que dividir seus ganhos com o “proprietário do ponto”. Situação bem comum, e relatada como uma situação vivida pela maioria dos travestis encontrados às margens da rodovia em Araguaína, conforme constatação em pesquisa em *locus*.

No período entre novembro e dezembro de 2015 foram entrevistados 06 (seis) travestis que compõem o território da prostituição travesti, pois dada à intensa rotatividade dos integrantes do grupo em questão, os demais não estavam atuando às margens da rodovia nesse período. Os dados colhidos a partir do diálogo com o grupo possibilitou traçar o perfil socioeconômico desses sujeitos sociais, como demonstra o Quadro 01.

Quadro 01: Perfil Socioeconômico dos Travestis que atuam às margens da BR-153 em Araguaína-TO.

SUJEITO ⁴	Vitória	Graziela	Barbie Girl	Lorrany	Duda Furacão
IDADE	35	27	32	25	41
GRAU DE ESCOLARIDADE	Ens. Fund. 1	Ens. Médio Incompleto	Ens. Médio Incompleto	Ens. Médio Incompleto	Ensino Médio
CIDADE DE NASCIMENTO	Imperatriz-MA	ARAGUAÍNA-TO	Goiânia-GO	Belém-PA	ARAGUAÍNA-TO
RESIDE EM ARAGUAÍNA-TO	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
TEMPO DE RESIDÊNCIA EM ARAGUAÍNA-TO	32	27	31	1 mês	
MORA COM QUEM?	Sozinho	Os pais	Sozinho	Outro travesti	Sozinho
POSSUI FILHOS?	02	Não	Não	Não	Não
FAZ USO DE ALGUM TIPO DE ENTORPECENTE?	Álcool e cigarro	Álcool e cigarro	Álcool e cigarro	Álcool e cigarro	Álcool e cigarro
ANO DE INÍCIO NA ATIVIDADE DE PROSTITUIÇÃO	2001	2006	1999	2010	1992
ANO DE INÍCIO NA ATIVIDADE DE PROSTITUIÇÃO EM ARAGUAÍNA-TO	2001	2006	1999	2014	Eventualmente
POSSUEM AGENCIADORES?	Autônomo	Autônomo	Autônomo e Cafetão	Autônomo	Autônomo
PENTENCEM A ALGUM TIPO DE REDE?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
DESENVOLVEM ALGUMA OUTRA ATIVIDADE?	Faxineiro	Designer de Sobancelhas	Não	Não	Cabeleireiro
PRINCIPAL RAZÃO PARA A PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE DE PROSTITUIÇÃO	Financeira	Influência de outros travestis	Financeira	Financeira	Prazer pessoal
RENDA MENSAL (R\$)	1.600,00	2.000,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
JÁ SOFRERAM ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA DURANTE A ATIVIDADE?	Roubo	Não	Sim	Não	Não

Fonte: Trabalho de campo realizado entre novembro e dezembro de 2015. Organizado: Palmeira, 2016.

⁴ Os nomes dados aos sujeitos são usados por eles no território da prostituição.

Para a análise do perfil socioeconômico dos travestis algumas questões relevantes foram levantadas. Inicialmente pode-se destacar que a maioria deles possui entre 25 e 35 anos, o que demonstra que se trata de um grupo jovem, confirmando o que Ornat afirma sobre o território da prostituição travesti em Ponta Grossa-PR: “(...) Em geral, a vida das travestis é marcada por muita violência, chegando até a morte precoce (...)”. (ORNAT, 2007, p. 62)

A violência é um traço marcante na atividade de prostituição, muito embora somente dois travestis tenham afirmado ter sofrido algum tipo de violência, durante o trabalho. Um dos travestis entrevistados relatou que há menos de seis meses, enquanto trabalhava, foi atacado por um homem desconhecido que lhe deferiu alguns golpes de faca, que não o levaram a morte, porque foi abrigado em um dos estabelecimentos comerciais que também serve como moradia de seus proprietários.

Uma das razões para esse tipo de violência é a proximidade com os traficantes, e a outra é o sentimento de preconceito em relação a homossexuais: a homofobia, conforme afirma Ornat (2007, p.62) citando Mott e Cerqueira (2003):

Este ódio explícito, cruel, persistente e generalizado, vai do insulto e ameaça, a graves episódios de discriminação, constatados em todos os segmentos e esferas sociais. Incluem violência física, golpes e tortura, culminando em violentíssimos e pavorosos assassinatos – via de regra cometidos com revoltantes requintes de crueldade, abrangendo elevado número de golpes e tiros, o uso de múltiplos instrumentos e tortura prévia. Crimes de ódio em que a homossexualidade da vítima motivou a agressão e pesou definitivamente no *modus operandi* do homicida.

O crime de furto é o mais recorrente nos territórios da prostituição ou no espaço de deslocamento dos travestis até suas residências. Crime tão comum, que os próprios travestis o desconsideraram como um tipo de violência, quando questionados se já sofreram algum tipo de violência durante a atividade.

Outro fator levantado durante a pesquisa é o grau de escolaridade. Dos 06 (seis) travestis entrevistados apenas 01 (um) concluiu o ensino médio, e este é o mais velho do grupo, e o único que não reside em Araguaína. Esse travesti afirmou que não sobrevive da prostituição, e que somente realiza programas às margens da rodovia BR-153, quando em visita à família.

O baixo grau de escolaridade dos travestis revela um dado preocupante, que é a evasão escolar, e o quanto esses jovens se tornam dependentes da prostituição, pela falta de oportunidade em uma formação de nível superior ou mesmo uma formação técnica capaz de oferecer outros ganhos.

Esse índice revela uma contradição social e econômica muito presente em sociedades capitalistas, onde os mais pobres não têm acesso à educação de qualidade ou precisam abandonar os estudos para contribuir com o sustento da família ainda na infância.

Quando perguntados sobre a principal razão para terem deixado a escola, os travestis apontam que o preconceito no ambiente escolar em relação ao homossexualismo, foi preponderante para abandonarem os estudos, seguido pelo fato de estarem na atividade de prostituição.

A maioria dos travestis reside em Araguaína, e seus familiares também, embora alguns tenham optado por morar sozinhos ou com outros travestis. Essa situação revela a fixidez e o caráter atrativo que a BR-153 exerce sobre a cidade, possibilitando os meios necessários para que possam exercer sua atividade no centro urbano em que residem.

Dentre os travestis que atuam às margens da rodovia todos estão na atividade há mais de cinco anos, e apenas 03 (três) desenvolvem outras atividades durante o dia. Um dos travestis revelou que passa vários meses sem se prostituir trabalhando como designer de sobrancelhas, depois retorna às atividades no território da prostituição.

Um ponto delicado do diálogo com os travestis é a questão dos entorpecentes. Todos os entrevistados afirmaram fazer uso somente de álcool e cigarro, e negaram qualquer envolvimento com a atividade de tráfico de drogas presente em seu território. Alegaram, inclusive, que a atuação dos traficantes tem atrapalhado a abordagem aos clientes, devido ao ambiente perigoso que se instalou com a presença do tráfico.

Os travestis que atuam na rodovia BR-153 começaram a prostituir-se nesse território, excetuando-se um, que veio do Pará e é o que há menos tempo reside na cidade. Uma situação comum a todo o grupo é já terem seus integrantesido prostituir-se em outras cidades, inclusive grandes centros urbanos, como Goiânia e São Paulo.

A atividade de cafetinagem surge em uma situação curiosa no território da prostituição travesti: todos se declararam autônomos, e em todas as evocações afirmaram não haver cafetões inseridos em sua atividade; porém eles próprios se colocam nessa condição ao revelarem que cobram um percentual sobre os programas realizados pelos travestis recém-chegados. Percentual que pode chegar a 50% do valor do programa.

A renda mensal dos travestis varia entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00. Os ganhos variam muito, pois eles não trabalham todas as noites, e também se deslocam com muita frequência para outros pontos fora de Araguaína. Outro fator é a renda que advém de outras atividades, e se somam a esses valores.

Embora a razão apresentada pela maioria dos sujeitos envolvidos no território travesti seja financeira, o que se percebe é um grande sentimento de satisfação em assumir o papel feminino, o prazer que eles sentem em usar trajes femininos, maquiagem, e principalmente o fato de serem percebidos como mulheres pelos seus clientes, como revela a Fotografia 02.

Fotografia 02: Território da prostituição dostravestisàs margens da BR-153 em Araguaína



Fonte: PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2015.

A imagem acima é de dois travestis atuando às margens da rodovia BR-153, em Araguaína, ambos vestidos como mulheres: trajes femininos, maquiagem e acessórios. A presença deles nesse espaço legitima a posse desse território pelos travestis.

A única ação do poder público em relação ao grupo é a distribuição mensal ou bimestral de preservativos e gel, pela Secretaria Municipal de Saúde através do setor de Vigilância Epidemiológica. Ação essa que possibilitou o contato com os travestis durante o trabalho de campo, haja vista um grande interesse que demonstram em receber esses materiais.

3.2.2 Territorialidade das Prostitutas

O território da prostituição feminina às margens da BR-153 em Araguaína é possivelmente mais antigo que o território travesti, pois ele está presente desde o início da cidade, primeiro em bordeis, como eram conhecidas as casas de prostituição, depois nas ruas,

especialmente na região da Feirinha, espaço onde funciona permanentemente uma feira, e que possui em seus arredores pequenos cômodos que servem de moradia e também como bares.

Em 2006 o grupo das mulheres era inferior ao grupo de travestis envolvidos na prostituição, contudo eles possuíam muitas características em comum, como a idade e o baixo grau de escolaridade.

As prostitutas possuem um perfil semelhante ao dos travestis com relação à faixa etária e o grau de escolaridade. Dentre as (03) três mulheres que realizam programas na rodovia, nenhuma concluiu a segunda fase do ensino fundamental, e têm entre 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) anos. Em virtude da precocidade em que se tornaram mães, e do abandono de seus companheiros, foram impedidas de prosseguir os estudos. Todas elas são de origem pobre e tiveram de se sustentar sozinhas desde cedo. (ALBUQUERQUE e VASCONCELOS FILHO, 2008, p. 69)

Nesse período as prostitutas ocupavam a margem direita da BR-153, na Avenida Bernardo Sayão esquina com a Avenida Cônego João Lima. Em 2014 foi observada uma mudança no espaço ocupado por elas, que se deslocaram para a margem esquerda da rodovia, nas proximidades do hotel Transhotel.

É possível que essa mudança tenha relação com a alteração do local de parada dos caminhoneiros, como se pode observar em 2015. Devido ao grande número de caminhoneiros que fazem parada no Posto Toca da Onça, em frente ao DAIARA (Distrito Agroindustrial de Araguaína) durante a noite, houve o deslocamento de muitas mulheres para esse ponto.

Essa mudança na ocupação do espaço confirma a ideia de que as territorialidades da prostituição são móveis, cíclicas e instáveis, como afirma Souza (1995). Assim, como ocorre no exercício da territorialidade dos travesti, a construção do território da prostituição feminina se dá somente à noite, quando apenas a loja de conveniência do posto se mantém aberta. Esse território é construído por volta das 19 horas e (des)construído entre 4 e 5 horas do dia seguinte.

A mobilidade dos territórios da prostituição se confirma às margens da rodovia BR-153, em Araguaína, pois, como afirma Souza (1995), a relação que existe entre os sujeitos, sejam travestis, sejam mulheres, é muito mais funcional que afetiva. No caso estudado, por exemplo, quando as mulheres perceberam que o espaço que ocupavam próximo ao território travesti perdeu sua lucratividade, deslocaram-se a outro ponto onde pudessem manter ou aumentar os seus ganhos, construindo assim uma nova territorialidade de prostituição feminina.

O grupo encontrado no Posto Toca da Onça é um número que varia entre 10 (dez) e 15 (quinze) mulheres, pois existe uma grande rotatividade entre suas integrantes, como ocorre no território travesti.

O território das prostitutas é bem menos hostil e violento que o território dos travestis. Isso se deve a ausência da atividade de tráfico de drogas nesse território, pois ao contrário do espaço ocupado pelos travestis, que são as calçadas e ruas às margens da rodovia, o espaço delas é o pátio do posto Toca da Onça, o qual é de domínio privado.

Apesar de não haver ocorrências registradas a respeito de atos de violência no pátio do posto no decorrer da noite, existe um domínio invisível estabelecido pelas mulheres que se prostituem nesse espaço. A prova disso é a grande resistência que esboçam em relação à chegada de novas mulheres para trabalhar nesse território. Já houve casos de agressão física.

Para obter informações sobre o perfil das mulheres que atuam no território da prostituição às margens da BR-153, em Araguaína, a maioria delas foi submetida às questões relativas à sua condição social e econômica, como demonstram os Quadros 02 e 03.

Quadro 02: Perfil Socioeconômico das Mulheres que atuam no território da prostituição, às margens da BR-153, em Araguaína-TO.

SUJEITO ⁵	Cristina	Antônia	Branca	Lúcia	Viviane	Antônia
IDADE	35	47	40	32	22	47
GRAU DE ESCOLARIDADE	Ensino Médio	Ensino Médio Incompleto	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Médio Incompleto	Ensino Médio Incompleto	Ens. Fund. Incompleto
CIDADE DE NASCIMENTO	Colinas-TO	Barra do Corda - MA	Wanderlândia-TO	Nova Olinda-TO	Nova Olinda-TO	Ceará
RESIDE EM ARAGUAÍNA-TO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
TEMPO DE RESIDÊNCIA EM ARAGUAÍNA-TO	20	Desde a infância	Reside em Wanderlândia	Reside em Nova Olinda	Reside em Nova Olinda	
ESTADO CIVIL	Solteira	Casada	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
POSSUI FILHOS	01	01	02	03	Não	02
FAZ USO DE ALGUM TIPO DE ENTORPECENTE	Não	cigarro	Não	Não	Não	Não
ANO DE INÍCIO NA ATIVIDADE DE PROSTITUIÇÃO	2011	2011	2010	2015	2015	2008
TEMPO NA ATIVIDADE DE PROSTITUIÇÃO EM ARAGUAÍNA-TO	3 anos	1 ano e meio	5 meses	2 meses	2 meses	7 anos
POSSUEM AGENCIADORES	Autônoma	Autônoma	Autônoma	Autônoma	Autônoma	Autônoma
PENTENCEM A ALGUM TIPO DE REDE	Não	Não	Não	Não	Não	Não
DESENVOLVEM ALGUMA OUTRA ATIVIDADE	Não	Costureira	Não	Não	Não	Não
PRINCIPAL RAZÃO PARA A PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE DE PROSTITUIÇÃO	Financeira	Financeira	Financeira	Financeira	Financeira	Financeira
RENDA MENSAL (R\$)	600,00	600,00	1.000,00	880,00	880,00	2.500,00
JÁ SOFRERAM ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA DURANTE A ATIVIDADE	Roubo	Não	Agressão física	Não	Não	Não

Fonte: Trabalho de campo realizado entre novembro e dezembro de 2015. Organizado: Palmeira, 2016.

⁵ O nome dos sujeitos é o mesmo que as mulheres usam no território da prostituição.

Quadro 03: Perfil Socioeconômico das Mulheres que atuam no território da prostituição às margens da BR-153 em Araguaína-TO.

SUJEITO ⁶	Adriana	Andressa	Vania	Alessandra	Eubinha
IDADE	39	18	19	26	49
GRAU DE ESCOLARIDADE	Ens. Fund. Completo	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Fund. Incompleto	Ensino Médio	Ens. Médio Incompleto
CIDADE DE NASCIMENTO	Ceará	ARAGUAÍNA-TO	ARAGUAÍNA-TO	Colinas-TO	Wanderlândia
RESIDE EM ARAGUAÍNA-TO?	Sim	Sim	Sim	Não	Não
TEMPO DE RESIDÊNCIA EM ARAGUAÍNA-TO	21	18	19	Reside em Nova Olinda	Reside em Wanderlândia
ESTADO CIVIL	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Divorciada
POSSUI FILHOS?	04	01	-	01	03
FAZ USO DE ALGUM TIPO DE ENTORPECENTE?	Não	Não	Não	Não	Não
ANO DE INÍCIO NA ATIVIDADE DE PROSTITUIÇÃO	2015	2015	2014	2015	1985
TEMPO NA ATIVIDADE DE PROSTITUIÇÃO EM ARAGUAÍNA-TO	8 meses	6 meses	1 ano	3 meses	9 anos
POSSUEM AGENCIADORES?	Autônoma	Autônoma	Autônoma	Autônoma	Autônoma
PENTENCEM A ALGUM TIPO DE REDE?	Não	Não	Não	Não	Não
DESENVOLVEM ALGUMA OUTRA ATIVIDADE?	Frentista	Não	Não	Não	Não
PRINCIPAL RAZÃO PARA A PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE DE PROSTITUIÇÃO	Desejo pessoal	Financeira	Financeira	Financeira	Financeira
RENDA MENSAL (R\$)	2.500,00	2.500,00	2.500,00	600,00	1.000,00
JÁ SOFRERAM ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA DURANTE A ATIVIDADE?	Não	Não	Não	Agressão	Não

Fonte:

Trabalho de campo realizado entre novembro e dezembro de 2015. Organizado: Palmeira, 2016.

⁶ O nome dos sujeitos é o mesmo que as mulheres usam no território da prostituição.

A faixa etária das mulheres que atuam às margens da BR-153 varia entre 18 (dezoito) e 49 (quarenta e nove) anos, o que demonstra a heterogeneidade do grupo. Diferentemente dos travestis, as mulheres permanecem mais tempo ativas na prostituição, pois não são tão suscetíveis à violência como eles (sob o aspecto da homofobia).

Um dado comum entre as prostitutas e os travestis é o baixo grau de escolaridade, que, no caso delas, está relacionado à violência doméstica, ao abandono dos cônjuges ou à maternidade precoce, cujas consequências são, muitas vezes, enfrentadas sem o auxílio de seus parceiros.

Essas mulheres fazem parte de um triste dado que aponta a falta de acesso à educação, o que leva muitas delas à prostituição por não terem condições de acesso ao mercado de trabalho, a uma formação técnica ou de nível superior, uma consequência social das contradições do sistema capitalista.

Das 11 (onze) mulheres presentes no território da prostituição no período de novembro a dezembro de 2015, apenas duas nasceram em Araguaína, as mais jovens do grupo, com 18 e 19 anos; e um pouco mais da metade reside na cidade, o que demonstra o grande poder atrativo que ela possui em relação aos municípios vizinhos.

Uma informação importante levantada na pesquisa é o estado civil das mulheres envolvidas nesse território. De todas, apenas uma declarou ser casada e que o companheiro tem ciência de que ela se prostitui; e apenas uma afirmou não ter filhos.

Outro ponto de divergência em relação aos travestis é o uso de entorpecentes. Enquanto no território travesti todos fazem uso de cigarro e bebida, no território das mulheres, apenas uma declarou ser fumante.

O tempo em que estão nessa atividade é um dado bastante variante, oscila entre 02 (dois) meses e 30 (trinta) anos. Algumas delas já se prostituíram em outras cidades, ou em outros pontos da cidade de Araguaína, porém a maioria iniciou na prostituição nesse território, no pátio do posto Toca da Onça. O tempo de atuação nesse território também varia, pois o posto estava desativado, e foi reinaugurado há cerca de três anos.

Em relação ao pertencimento das mulheres a algum tipo de rede de prostituição regional, nacional ou internacional, suas evocações foram negativas, ainda que algumas já tenham desenvolvido essa atividade em outros pontos. O espaço de atuação das mulheres envolve um fator que vai além do ganho, a segurança. Para elas, trabalhar no posto as previne contra eventuais atos de violência, pois os programas se dão ali mesmo, dentro das boleias dos caminhões.

Segundo o relato das mulheres que se prostituem nesse território a principal razão pela qual estão nessa atividade está relacionada à situação financeira; seguida pela pouca qualificação que possuem para o mercado de trabalho. A prova disso é que apenas duas afirmaram desenvolver outras atividades laborais.

Os ganhos obtidos pelas mulheres são bem inferiores aos ganhos dos travestis, pois além de realizarem um número menor de programas, elas não trabalham todos os dias, principalmente aquelas que residem em outras cidades, o que é o caso da metade do grupo.

A questão do medo e da violência foi abordada com todas as mulheres entrevistadas e apenas duas alegaram ter sofrido algum tipo de violência. As duas situações mencionadas não ocorreram diretamente durante a atividade no posto, e sim no deslocamento até suas residências, ou seja, a violência que sofreram não está ligada a sua participação no território da prostituição. Talvez por essa razão a ausência do medo seja unanimidade entre elas, que demonstram certa tranquilidade em compor esse território. Na fotografia 03, é possível ver um grupo de mulheres transitando pelo pátio do posto Toca da Onça em busca de programas.

Fotografia 03: Mulheres atuando no território da prostituição às margens da BR-153, em Araguaína.



Fonte: PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2015.

A imagem acima é de 03 (três) mulheres transitando entre os caminhões estacionados no pátio do Posto Toca da Onça, às margens da BR-153, onde constroem e (des)constroem o território da prostituição feminina.

A territorialidade da prostituição feminina construída e (des)construída no posto Toca da Onça, às margens da BR-153, é do conhecimento dos proprietários da área em questão, que são indiferentes à atuação das mulheres na área de seu estabelecimento, pelo menos até que surjam ocorrências de violência ou o aparecimento de outras atividades paralelas, como o tráfico de drogas.

Durante o diálogo com as mulheres envolvidas na atividade de prostituição, foi possível perceber que elas veem com muita tranquilidade a situação em que se encontram, e que, na visão de muitas delas, a relação estabelecida com os caminhoneiros é mais uma relação amorosa que comercial, embora elas não deixem de cobrar pelos programas.

Em relação à atuação do poder público, as mulheres não são assistidas no território da prostituição. A primeira visita ao posto Toca da Onça para a entrega de preservativos ocorreu durante o trabalho de campo. Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, através da responsável pelo setor de Vigilância Epidemiológica, esse espaço não era reconhecido como ponto de prostituição e por isso a distribuição às mulheres estava restrita às casas de prostituição.

A partir da observação dos dois territórios da prostituição que são objeto desse estudo, pode-se concluir que, embora exista uma intensa disputa pelo domínio do espaço, os sujeitos possuem uma clientela bastante distinta. Os travestis realizam 99% dos programas com clientes que residem no centro urbano de Araguaína, geralmente homens e casais; e as mulheres realizam 100% dos programas com caminhoneiros.

Enquanto os travestis se deslocam nos veículos de seus clientes para motéis da cidade para a realização dos programas, as mulheres os realizam dentro dos caminhões. As mulheres só se deslocam do seu território quando encerram suas atividades, ao contrário dos travestis que mantêm um caráter rotativo durante toda a noite.

Essa situação ilustra o quanto o princípio da segurança é vital para a construção do território feminino, e o quanto os travestis ficam expostos à violência das ruas, e o quanto estes estão habituados a ela.

3.3 Construção e (Des)construção de Territórios da Prostituição

Durante muitas décadas a Geografia denominou o território a partir do conceito da Geografia Política, que é o do território-nação, baseado na região, com seus limites rígidos e imóveis.

(...) A territorialidade do Estado-Nação, tão densa de história, onde afetividade e identificação (reais ou hiperbolizadas ideologicamente) possuem enorme dimensão telúrica – paisagem, “regiões de um país”, belezas e recursos naturais da “pátria” -, é naturalizada por Ratzel também na medida em que este não discute o conceito de território, desvinculando-o do seu enraizamento quase perene nos atributos do solo pátrio. (SOUZA, 1995, p. 86)

Outra concepção sobre o território extrapola o conceito de território nacional, que é a do campo de forças ou rede de relações sociais materializadas em substrato espacial, defendido por Souza (1995), pois o território pode dissolver-se, associar-se ou dissipar-se em qualquer escala de tempo, variando entre horas, dias ou séculos, como aponta o autor. Há inúmeros territórios que se sobrepõem ao território nacional. Eles podem ser cíclicos, móveis, contínuos ou descontínuos. Essa natureza dinâmica do território é caracterizada pelo processo de construção e destruição territorial.

O território é um espaço construído, formado e estruturado pela luta de classes e pelo jogo político entre os diversos segmentos sociais. A construção deste passa também pela dialética do construir e desconstruir. Entender o território pressupõe pensar em um espaço que se constrói, destrói e reconstrói. A cada momento, diferentes tipos de representações materializam, organizam e reorganizam no espaço, fruto de ações, sejam elas de produção econômicas, culturais, tecnológicas, sociais e religiosas. O fato é que o território se constrói e se desconstrói a partir da dinâmica social do trabalho e das relações de produção e circulação do capital. Esses processos se articulam, uma vez que, o território não é fixo, como explicam Rocha e Costa(2010).

Para compreendermos esta metamorfose partimos do pressuposto de que a lógica da construção do território é uma unidade dialética em que simultaneamente ocorrem a construção, a destruição, a manutenção e, evidentemente, a transformação. Segundo Buth e Corrêa (2006), o território é entendido como resultado de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais. A construção dos territórios se processa a partir da projeção do trabalho sobre o espaço.

No caso do território urbano em menores escalas de materialidade, esse processo torna-se mais dinâmico. O território no espaço urbano é muito dinâmico e fragmentado. Segundo Ribeiro (1997), o espaço urbano é fragmentado porque pode ser assimilado por diferentes usos, ou seja, apresenta um mosaico de áreas com usos diferentes, distintas em termos de forma e conteúdo social. A fragmentação, permanente e complexa, em um processo de construção e destruição é feita e desfeita. Todavia, este dinamismo não se repete em todos os lugares, seja no tempo, seja no espaço. O que articula o espaço fragmentado em seus

aspectos mais visível e fundamental são os diferentes fluxos que se realizam de pessoas e veículos. Estes fluxos e os diferentes usos do território urbano representa a divisão social do trabalho.

Para reforçar o seu raciocínio sobre os fluxos, Ribeiro (1997), cita Santos (1988) enfatizando que a organização espacial se revela, de um lado, a partir de elementos fixos constituídos como resultado do trabalho social, e, de outro, através dos fluxos que garantem as interações entre os fixos. Sendo assim, os lugares da cidade estão articulados de alguma maneira, estabelecendo-se redes de padrões, intensidades e naturezas distintas de fluxos. Trata-se, então, de um espaço rede, de um mosaico rede. Só que o grau de articulação de cada parte da cidade não é o mesmo. A articulação também é desigual. Os lugares não estão articulados entre si com a mesma intensidade, em decorrência da divisão territorial e social do trabalho que é desigual.

Para Oliveira (1999), o processo de construção do território na sociedade capitalista, necessariamente passa pela dinâmica construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual/simultâneo e combinado. Esta lógica contraditória constrói e destrói territórios nas mais variadas escalas temporais. Desde o território do Estado moderno que é permanente até os territórios móveis que se materializam ou desaparecem em tempo de dias ou horas como é o caso das territorialidades da prostituição nos espaços urbanos.

Dessa forma, ganha coerência a proposta de um território cuja mobilidade é o principal elemento caracterizador, como o território móvel de que trata Souza (1995). Segundo o autor a construção de um território móvel não requer necessariamente um enraizamento profundo no lugar, ele pode ser instável e periódico, ser formado e dissolvido rapidamente, como, por exemplo, ocorre em alguns centros comerciais, cujas ruas de dia pertencem à territorialidade dos camelôs e de noite a territorialidade das prostitutas.

Este processo de construção e destruição territorial acontece nas imediações da rodovia BR-153 em Araguaína. Nos espaços urbanos araguainenses nas margens dessa rodovia, encontram-se também inúmeros estabelecimentos comerciais cujo objetivo é atender e suprir as necessidades de quem trafega pela rodovia. São hotéis, restaurantes, postos de combustível, lojas de autopeças, borracharias, entre outros. Paralelo a esse comércio, instala-se também outro tipo de atividade comercial, que é cíclica e móvel, e que funciona em um espaço de tempo distinto: a prostituição.

O espaço às margens da rodovia, durante o dia, é tomado por pessoas trabalhando ou fazendo compras no comércio, ali instalado. Quando chega a noite, que o comércio é fechado, o mesmo espaço dá lugar a mulheres e travestis envolvidos na atividade de prostituição e seus clientes.

Essa inversão na paisagem social determinada pela alternância no uso do espaço durante o dia e a noite, é uma característica marcante dos territórios da prostituição. Eles são cíclicos, móveis e bastante instáveis.

O caráter cíclico é aquele que se dá em ciclos. No caso das territorialidades da prostituição, somente à noite, entre às 19 horas e 3 horas do dia seguinte. A mobilidade está relacionada à relação funcional que os sujeitos sociais, mulheres e travestis, mantém com esses territórios, ou seja, à medida que a demanda diminui ou surgem fatores adversos, há um deslocamento desses grupos para outros espaços, constituindo assim novas territorialidades.

As territorialidades da prostituição são bastante instáveis, pois há uma grande rotatividade dos sujeitos sociais que as compõem, e um ambiente de muita disputa, hostilidade e violência. Os grupos que compõem os territórios da prostituição na rodovia BR-153 em Araguaína, variam entre 06 (seis) e 10 (dez) travestis; e 10 (dez) e 15 (quinze) mulheres. São sujeitos sociais com baixo grau de escolaridade e que em sua maioria não desenvolvem outra atividade laboral, além da prostituição.

Embora haja uma intensa disputa pelo poder do espaço às margens da rodovia, os sujeitos sociais em questão atendem a públicos distintos: as mulheres, os caminhoneiros; e os travestis, clientes provenientes do centro urbano de Araguaína, em geral, homens e casais.

A alternância no uso do espaço pode ser observada a partir dos estabelecimentos comerciais instalados às margens da BR-153, como ilustram as Fotografias 04, 05, 06, 07, 08 e 09. Esse comércio atende tanto a quem trafega pela rodovia, quanto às pessoas que residem em Araguaína, e permanece aberto de segunda a sexta-feira, durante todo o dia, e no sábado até às 14 horas, exceto os hotéis, postos de combustíveis e borracharias, que permanecem abertos 24 horas.

Fotografia 04: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, esquina com a Avenida Cônego João Lima em Araguaína-TO.



Fonte: PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2015.

A fotografia 04 é referente a um cruzamento entre Avenida Bernardo Sayão (Marginal da BR-153) e a Avenida Cônego João Lima. Em 2007 era o ponto ocupado pelas mulheres e atualmente pertence ao território dos travestis.

Fotografia 05: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.



Fonte: PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2015.

A imagem acima corresponde a um posto desativado e uma churrascaria ainda em funcionamento. Esse ponto serve como parada para alguns ônibus que trafegam pela BR-

153. À noite quando esse estabelecimento é fechado, esse mesmo espaço dá lugar ao território da prostituição travesti, e também a alguns traficantes que comercializam drogas neste local.

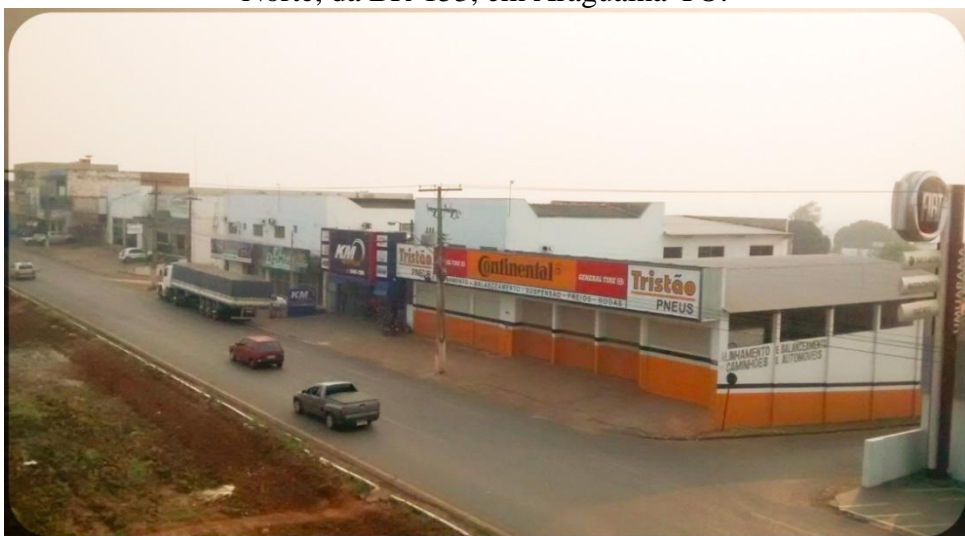
Fotografia 06: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.



Fonte: PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2015.

A imagem nº 06 corresponde ao mesmo espaço destacado na fotografia anterior. Funciona como um espaço de alimentação para alguns ônibus que trafegam pela BR-153. É um dos poucos que prestam esse tipo de serviço às margens da rodovia em Araguaína.

Fotografia 07: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.



Fonte: PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2015.

A Fotografia 07 representa uma parte do espaço ocupado pelo território travesti. É um ponto que pertence a esse grupo desde 2007. À noite é a parte mais iluminada do trecho urbano da rodovia do lado direito, no sentido Sul-Norte.

Fotografia 08: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.



Fonte: PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2015.

A imagem acima corresponde ao principal ponto de prostituição travesti até o ano de 2010. Após o assassinato de um travesti neste local, os outros travestis se deslocaram para uma quadra acima. Apesar desse deslocamento, esse espaço ainda compõe o território dos travestis.

Fotografia 09: Estabelecimentos comerciais instalados à margem direita, no sentido Sul-Norte, da BR-153, em Araguaína-TO.



Fonte: PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2015.

O perímetro urbano da rodovia ocupado pelos travestis é bastante intenso. A cada dia eles se concentram em um ponto distinto dentro do seu território. A Fotografia 09 corresponde à Avenida Bernardo Sayão nas proximidades da Avenida Cônego João Lima.

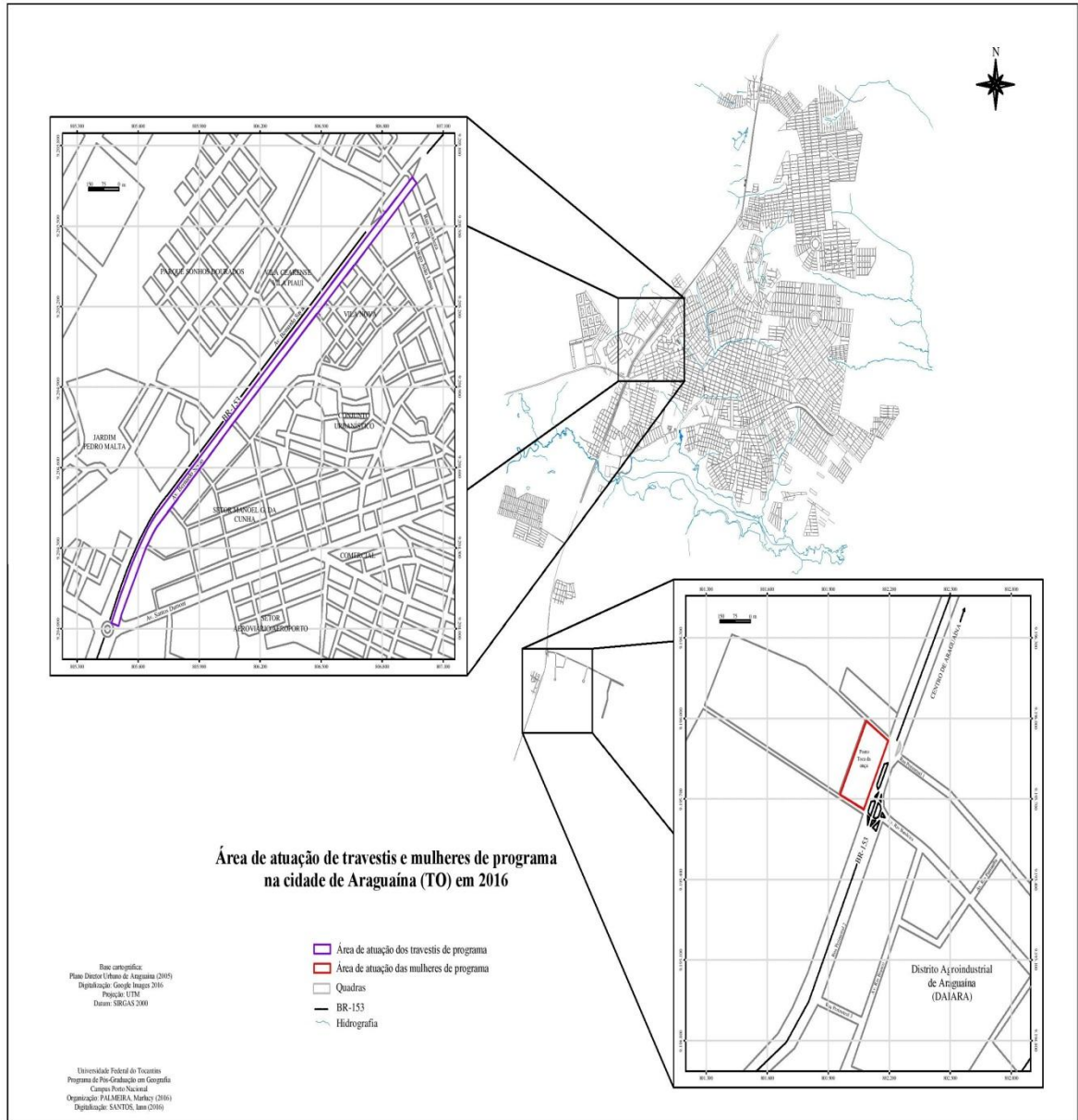
As fotografias 04, 05, 06, 07, 08 e 09 são de estabelecimentos comerciais instalados à margem direita da BR-153, no sentido Sul-Norte, entre as Avenidas Santos Dumont e Cônego João Lima, no perímetro urbano de Araguaína. Durante o dia esses espaços são ocupados pelas pessoas que trabalham nesses comércios e seus clientes, bem como pela população que reside nos bairros que se localizam nos arredores da rodovia, e transitam por ela diariamente.

Na última década os travestis passaram a ocupar esses espaços durante a noite quando o comércio é fechado, a exceção de alguns, como postos de combustíveis, hotéis e borracharias, e nele instalaram uma das territorialidades da prostituição presentes às margens da rodovia. Em 2007, as mulheres ocupavam o espaço representado pela Fotografia 04, um perímetro curto, na esquina da Avenida Cônego João Lima com a Avenida Bernardo Sayão, enquanto os travestis ocupavam um perímetro maior que se entendia entre as Avenidas Cônego João Lima e Santos Dumont, ambos à margem direita no sentido Sul-Norte da rodovia.

Em 2014 foi observada uma mudança, pois as mulheres passaram a ocupar a margem esquerda da rodovia, na Avenida Bernardo Sayão, no sentido Sul-Norte, enquanto os travestis tomaram toda a margem direita entre as Avenidas Cônego João Lima e Santos Dumont.

Em 2015 há novamente uma alteração nos espaços ocupados pelo território da prostituição feminina, pois as mulheres se deslocaram para um ponto distante dos travestis, no início do perímetro urbano de Araguaína, para o pátio do posto Toca da Onça em frente ao DAIARA (Distrito Agroindustrial de Araguaína). Com o deslocamento das mulheres, os travestis passaram a ocupar toda a margem direita da rodovia, como se pode observar na Figura 05.

FIGURA 05: Áreas ocupadas pelos travestis e pelas mulheres envolvidos na atividade de prostituição às margens da BR-153 em Araguaína-TO, em 2016.



A Figura 05 é a representação das duas territorialidades da prostituição em relação aos espaços ocupados por eles no centro urbano de Araguaína, em 2016. Esses espaços não denotam em nenhum momento a fixidez desses territórios, pelo contrário, demonstram o caráter temporário que eles possuem sendo construídos e (des)construídos em espaços de tempo bastante relativos, haja vista as mudanças apresentadas em 2007, 2014 e 2015 representadas pelas Figuras 01, 02, 03 e 04.

Ao se deslocarem para esse espaço representado na Fotografia 10, as mulheres demonstram a mobilidade e a instabilidade que são características dos territórios da prostituição, bem como o caráter funcional que possuem em relação ao espaço e ao território. Após a reabertura do posto há cerca de três anos, muitos caminhoneiros passaram a descansar à noite nesse espaço, o que se tornou um grande atrativo para as mulheres, pois preferem realizar os programas dentro dos caminhões.

Fotografia 10: Pátio do Posto Toca da Onça às margens da BR-153 em Araguaína.



Fonte: PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2015.

O uso dos espaços em horários distintos por sujeitos sociais diferentes como ocorre com as territorialidades da prostituição às margens da BR-153, é a prova de que o território pode ser construído e (des)construído em uma escala temporal muito curta, como defende Souza (1995), bem como pode ser mantido ou destruído a qualquer tempo como aponta Oliveira (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há inúmeros territórios que se sobrepõe ao território nacional, podendo ser cíclicos, móveis, contínuos ou descontínuos. As territorialidades da prostituição às margens da BR-153 em Araguaína-TO são um exemplo de territorialidade cíclica, móvel e contínua. O caráter cíclico está na construção desses territórios somente à noite; a mobilidade nas mudanças que ocorrem quanto ao uso do espaço, que denota uma relação muito mais funcional que afetiva; e são contínuas porque não pertencem a nenhum tipo de rede de prostituição seja ela, regional, nacional ou internacional. Dentro dos territórios da prostituição inexistente a atividade de cafetinagem, a exceção de situações em que os próprios sujeitos assumem esse papel momentaneamente.

A construção e (des)construção das territorialidades da prostituição às margens da rodovia desenvolvem um alternância no uso do espaço, e portanto, uma mudança na paisagem. Os sujeitos que ocupam as margens da rodovia, não são os mesmos que o fazem à noite, o que revela inúmeras contradições sociais.

Os sujeitos envolvidos nos territórios da prostituição na BR-153 em Araguaína-TO possuem um perfil comum: jovens (em sua maioria), com baixo grau de escolaridade, sem formação técnica, que sobrevivem da atividade de prostituição. São pessoas que pela pobreza e/ou pela violência tiveram seus direitos cerceados, e por isso estão à margem da sociedade.

A ocupação desses espaços por essas territorialidades atestam que o território é composto por um campo de forças e poder, que vai além dos limites do Estado-Nação, e que pode ser construído e (des)construído em uma escala de tempo muito curta, sem que haja necessariamente, a destituição de limites físicos.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Joice Antonello. **Análise dos principais elementos teórico-metodológicos utilizados por Geografia do sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão-PR: UNIOESTE, 2012. (Dissertação de Mestrado)
- ALBUQUERQUE, Marlucy Sousa; VASCONCELOS FILHO, João Manoel. A Construção e Desconstrução dos Territórios da Prostituição às margens da BR-153, na cidade de ARAGUAÍNA-TO. In: PEREIRA, Aires José; SANTOS, Roberto de Souza. (Org.). **Ensaio de Geografia e Educação no/do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 2008.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- AQUINO, Napoleão Araújo de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002. p. 315-350.
- BUTH, Fernanda; CORRÊA, Walquíria Krüger. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada - RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.
- CASTRO, H. M.; DEUS, J. A. S.; SILVA, P. H. C. Territórios e territorialidades urbanas: olhares ambivalentes sobre a prostituição na metrópole mineira. **VI congresso internacional de estudo sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH**, 2012.
- CATAIA, Marcio. Uso do território e federação: novos agentes e novos lugares. Diálogos possíveis e participação política. In: **Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia Y cienciassociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XIV, n. 331 (16), 01 de agosto de 2010. Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Criticos de geografia Humana.
- CATAIA, Marcio Antonio. Território político: fundamento e fundação do Estado Sociedade & Natureza, Uberlândia, 23 (1): 115-125, abr. 2011
- CONDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Severo; SAQUET, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão-PR: UNIOESTE, 2004.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas**. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FERREIRA, Maria de Araújo. **Para um vocabulário fundamental da Obra de Milton Santos (com equivalência em francês)**. Tese de Doutorado de Pós-graduação em Linguística – USP- São Paulo, 2000. P. 142. (Tese de Doutorado)

GASPAR, Jacira Garcia. **Araguaína e sua região: saúde como reforço da polarização.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. (Dissertação de Mestrado)

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOTTMANN, J. **The significance of territory.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

HOBBSAWN, J. **The signigicance of territory.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em outubro. 2014.

LAKATOS, E. M. de A.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1993.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas:**a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MATOS, R. B. de; RIBEIRO, M. A. C. **Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro.** Boletim Goiano de Geografia, 15(1):57-79. jan.dez. 1995.

MARTINS, Claudiomar da Cruz. **O processo de urbanização na cidade de Araguaína:** (des) planejamento e exclusão social. 2014. 161 f. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, 2014. (Dissertação de Mestrado)

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 10 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, A. C. R. de. **Território e historia no Brasil.** São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar:**Políticas públicas para a Amazônia. 2ª ed. Campinas: Ed. Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

ORNAT, Marcio José. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – Paraná**. 2007. 160 f. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Paraná. Ponta Grossa, 2007. (Dissertação do Mestrado)

ORNAT, Marcio José. **Do território instituído ao território instituinte do ser travesti: algumas reflexões teóricas e metodológicas**. Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 27, p. 75-88, jan/jun. 2010.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. **Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição travesti e cafetinagem no sul do Brasil**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.

PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque, PEREIRA, Aires José. O processo Desordenado de Urbanização de Araguaína – TO e Seus Impactos Sócio-Ambientais. In: MACHADO, Carlos Augusto, SIEBEN, Airton (orgs.) **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**. Goiânia: Kelps, 2011. p.135 - 144.

PARENTE, L. R. C. Os territórios da prostituição feminina de rua em Recife, Pernambuco - Brasil: conflitos e transformações no espaço geográfico. **VII congresso português de sociologia**, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Antropogeographie, Die Geographie Verbreitung des Menschen** (Zweiter Teil). Stuttgart: J. Engelhorn. 1891.

RATZEL, F. **Antropogeographie/Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte**. Stuttgart: J. Engelhorn, 1909.

RATZEL, F. **La Géographie Politique**. Genève: Editions Regionales Européennes, 1988.

RATZEL, F. **La Géographie Politique**. Paris: Fayard, 1897.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Prostituição de rua e turismo em Copacabana - A Avenida Atlântica e a Procura do Prazer Miguel Ângelo Ribeiro. **Revista TERRITÓRIO**, ano 11, vol. 3, jul./dez., 1997.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ROCHA, Gabriela Silveira; COSTA, José Eloíziada. Do território à desterritorialização: o caso dos atingidos pela barragem de Anagé (BA). **Anais – XVI, Encontro Nacional dos**

Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e esperança - espaço diálogos e praticas Porto Alegre, 2010.

SACHS, I. **Espaços, Tempos e Estratégias de Desenvolvimento.** São Paulo: Edições Vértice. 1986.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. **Revista ZONA DE IMPACTO**, vol. 13, Setembro/Dezembro, ANO 11, 2009.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994, p.190.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua Gente:** Uma Luta secular: ARAGUAÍNA: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, 1996.

SILVA, Iltami; VINHAL, Maria do Carmo. **À sombra da estrada: a Belém- Brasília e a fundação da cidade de Colinas-1960/1965:** Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins, 2008.

SILVA, Diêgo Soares DA; SOUZA. Worlem da Silva & SILVA, Gutemberg de Vilhena. ATERRITORIALIDADE DA PROSTITUIÇÃO EM MACAPÁ-AP: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA RUA CLAUDOMIRO DE MORAIS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, n.2: 568-583, maio, 2015.

SILVA, R. A. L.; NETO, C. S. A. Meretrizes: A geografia da Prostituição em Florianópolis. **Programa de educação tutorial Petgeo informativo.** Ano III- Nº 21, ISSN: 1982-517X, 2009.

SOJA, E. W. **The political Organization of Space.** Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Geografia: conceitos e temas. 1.ed. CASTRO, Iná Elias de. e (orgs) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Sônia Maria. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte goiano(atual Tocantins – 1958-1975. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002. p.351-394.

VINHAL, Maria do Carmo Barros. **Colinas do Tocantins**: desenvolvimento e transformações ambientais. Programa de pós-graduação em ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia/UFAM-Manaus, 2009.